



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TELMA KLARISSE DA SILVA WANDERLEY

O Sentido Atribuído ao Trabalho pelo Agricultor Rural Familiar em Alagoas

Maceió
2021

TELMA KLARISSE DA SILVA WANDERLEY

O Sentido Atribuído ao Trabalho pelo Agricultor Rural Familiar em Alagoas

Monografia realizada como requisito parcial para conclusão do
Curso de Graduação em Administração.

Orientação: Profa. Dra. Milka Alves Correia Barbosa.

Maceió
2021

Folha de Aprovação

TELMA KLARISSE DA SILVA WANDERLEY

O Sentido Atribuído ao Trabalho pelo Agricultor Rural Familiar em Alagoas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Administração da
Universidade Federal de Alagoas e aprovado
em ___/___/___.

Profa. Dra. Milka Alves Correia Barbosa / Universidade Federal de Alagoas (Orientadora)

Banca Examinadora:

/ Universidade Federal de Alagoas

/ Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas, a FEAC e a todos que estão envolvidos e contribuíram de forma direta e indireta em minha formação, não apenas profissional mas também como cidadã, bem como aos colegas e amigos que fiz ao longo dessa jornada.

Aos colegas e amigos que fiz ao longo de 2 anos de estágio no Ministério Público Federal de Alagoas, em especial ao Adson, ao José Carlos e a Denisy, minha supervisora de estágio, que para mim são exemplos de dedicação, competência e excelência profissional.

Agradeço também aos participantes da pesquisa e as pessoas que foram pontes e que me levaram até eles, em especial a Gabriela Maria. Que apesar das tantas dificuldades encontradas ao longo do caminho, nenhuma delas seria grande o suficiente para nos parar.

Aos meus estimados amigos por todo carinho, apoio e compreensão. Em especial ao João Victor e ao Leandro que além de colegas de trabalho são amigos e incansáveis incentivadores, sendo essa uma das razões pela qual busco ser uma pessoa melhor a cada dia.

A profa. Milka Correia, minha orientadora e inspiração profissional, por toda paciência, dedicação e cuidado ao longo de todas as etapas da pesquisa.

Agradeço também a minha avó, Maggy Cedrim de Lima por ser exemplo, me ensinar a viver e ser minha referência como educadora e de amor ao próximo, empatia e compaixão. Aos meus pais e minha irmã, por todo amor e dedicação, como também pelo incentivo e trabalho para que fosse possível que eu conseguisse ingressar e concluir a graduação em uma universidade. Agradeço também a Deus pela oportunidade de estar viva e ter saúde.

*Dedico a todos aqueles que fazem da terra seu
lar e seu ambiente de trabalho.*

RESUMO

A palavra trabalho e as discussões a respeito do tema são debatidas há séculos. Isso decorre principalmente no atual contexto em virtude das mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas, ao desenvolvimento tecnológico e as novas organizações do trabalho. Porém, quando se atenta para o espaço rural, mais precisamente para a agricultura rural familiar no Brasil, observa-se que não houve alterações uniformes e significativas relacionadas à organização do trabalho. Porém, é necessário reconhecer que o processo de modernização e avanço tecnológico do campo, mesmo que parcialmente, vem causando transformações na atividade e nas relações de trabalho no meio rural, podendo assim, ter alterado a percepção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar. Diante disso, a questão que se coloca entre o problema e o campo de investigação é: **“Quais são os sentidos atribuídos ao trabalho pelo agricultor rural familiar em Alagoas?”**. Para responder à pergunta proposta foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, onde os dados foram coletados por meio de aplicação de uma entrevista semiestruturada e observação simples. Sendo os participantes da pesquisa 3 agricultoras e 3 agricultores rurais familiares. As principais contribuições desta pesquisa são: descrever o que é o trabalho para o agricultor rural familiar, identificar os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar, descrever como se dá a organização do trabalho. Sendo o primeiro objetivo analisado com base nas seis características do sentido do trabalho apresentadas por Morin (2001), como também nas características das dimensões organizacionais, sociais e individuais. O segundo foi analisado a partir das dimensões organizacionais, sociais e individuais. O terceiro objetivo foi analisado apoiado nas características do Modelo de Organização Flexível elaborado por Kovács (1993). Os resultados do estudo mostraram que os trabalhadores trazem profundamente suas representações subjetivas, projetando em suas atividades laborais sua própria história, bem como se verificou a importância determinante da participação familiar e do significado do local de trabalho para a agricultora e agricultor rural familiar.

Palavras-chave: sentido do trabalho; agricultura rural familiar; modelo de trabalho; organização do trabalho.

RESUMEN

La palabra trabajo y las discusiones sobre el tema han sido debatidas hace siglos. Eso ocurre principalmente en el contexto actual debido a cambios sociales, políticos, culturales, económicos, al desarrollo tecnológico y nuevas organizaciones laborales. Sin embargo, al mirar el espacio rural, más precisamente para la agricultura rural familiar en Brasil, se observa que no hubo cambios uniformes y significativos relacionados con la organización del trabajo. Sin embargo, es necesario reconocer que el proceso de modernización y avance tecnológico en el campo, aunque sea parcialmente, ha provocado cambios en la actividad y en las relaciones laborales en el medio rural, habiendo cambiado así la percepción del sentido del trabajo para el agricultor familiar rural. Ante esto, la cuestión que surge entre el problema y el campo de investigación es: "**¿Cuáles son los sentidos que se atribuyen al trabajo por el agricultor familiar rural en Alagoas?**". Para una respuesta a la pregunta propuesta, se realizó una investigación de carácter cualitativa, donde se recolectaron los datos mediante la aplicación de una encuesta semiestructurada y observación sencilla. Los participantes de la encuesta fueron 6 agricultores familiares. Los principales contribuyentes de esta investigación son: describir lo qué es el trabajo para el agricultor familiar rural, especialmente en el contexto de Alagoas, identificar los factores que influyen en la construcción del sentido del trabajo para el agricultor familiar rural, describir cómo el trabajo es organizado. El primer objetivo se analiza a partir de las seis características del significado del trabajo que presenta Morin (2001), así como de las características de las dimensiones organizacional, social e individual. El segundo se analizó desde las dimensiones organizativa, social e individual. El tercer objetivo se analizó a partir de las características del Modelo de Organización Flexible desarrollado por Kovács (1993). Los resultados de la investigación muestran que los trabajadores llevan profundamente sus representaciones subjetivas, proyectando su propia historia en sus actividades laborales, además de señalar la importancia determinante de la participación familiar y el significado del lugar de trabajo para la agricultura y el agricultor familiar rural.

Palabra clave: sentido del trabajo; agricultura familiar rural; modelo de trabajo; organización de trabajo.

ABSTRACT

The word work and discussions on the subject have been debated for centuries. This occurs mainly in the current context due to social, political, cultural, economic changes, technological development and new work organizations. However, when looking at the rural space, more precisely for family rural agriculture in Brazil, it is observed that there were no uniform and significant changes related to the organization of work. However, it is necessary to recognize that the process of modernization and technological advancement in the field, even if partially, has been causing changes in the activity and in the working relationships in the rural environment, thus, it may have altered the perception of the meaning of the work for the family rural farmer. In view of this, the question that arises between the problem and the field of investigation is: **"What are the meanings attributed to work by the family rural farmer in Alagoas?"**. To answer the proposed question, a qualitative research was carried out, where the data were collected through the application of a semistructured interview and simple observation. The research participants are 6 rural farmers. The main contributions of this research are: to describe what work is for the rural family farmer, especially in the context of Alagoas, to identify the factors that influence the construction of the sense of work for the rural family farmer, to describe how the work is organized. The first objective being analyzed based on the six characteristics of the meaning of work presented by Morin (2001), as well as on the characteristics of the organizational, social and individual dimensions. The second was analyzed from the organizational, social and individual dimensions. The third objective was analyzed based on the characteristics of the Flexible Organization Model developed by Kovács (1993). The results of the study showed that workers deeply bring their subjective representations, projecting their own history in their work activities, as well as the determining importance of family participation and the meaning of the workplace for the family farmer and rural farmer.

Keywords: meaning of work; family rural agriculture; work model; organization of work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Seis características do sentido trabalho	21
Quadro 2	- Modelos da Organização do Trabalho	30
Quadro 3	- Caracterização dos Participantes	41
Quadro 4	- Técnicas de coleta de dados empregadas para alcançar objetivos específicos	42
Quadro 5	- Categorias de análise definidas a priori	43

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Nuvem de palavras formada a partir da pergunta “o que é trabalho para você?” 56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- EMATER/AL - Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Agropecuária
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OCT - Organização Científica do Trabalho
- SAF - Secretário da Agricultura Familiar
- SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
- FETAGAL - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.2	Objetivos	14
1.2.1	<i>Geral</i>	14
1.2.2	<i>Específicos</i>	14
1.3	Justificativa	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Trabalho	16
2.1.1	Sentido do Trabalho	20
2.2	Organização do Trabalho	23
2.2.1	Modelos de Organização do Trabalho	28
2.2.2	Novos Modelos de Organização do Trabalho	32
2.3	Agricultura Rural Familiar no Brasil	34
3	METODOLOGIA	39
3.1	Tipos de Pesquisa	39
3.2	Participantes	40
3.3	Métodos de Coleta de Dados	41
3.4	Categorias de Análise	42
3.5	Procedimentos de Análise	44
4	DISCUSSÃO DOS DADOS	45
4.1	Agricultura Familiar em Alagoas	45
4.2	O que é o trabalho para o agricultor rural familiar	48
4.3	Identificação dos fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho	54
4.4	Organização do trabalho	56
5	CONCLUSÕES	61
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A palavra trabalho e as discussões a respeito do tema são debatidas há séculos. Isso decorre principalmente do atual contexto em virtude das mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas, ao desenvolvimento tecnológico e as novas organizações do trabalho.

Para Morin (2001), é possível observar transformações relevantes no mundo do trabalho, entre elas a automação e a flexibilização do processo produtivo, as quais se refletem no sentido e na forma de organização dele, assumindo características de acordo com as circunstâncias sociais históricas ocorridas. Dessa maneira, podemos notar novas formas de trabalho surgindo, enquanto postos de trabalho conhecidos como necessários e permanentes passam a ser questionados, obsoletos ou até mesmo extintos.

Mesmo sendo um componente indispensável para o funcionamento de todas as sociedades, o trabalho nem sempre foi encarado como algo digno para ser executado. Nas sociedades antigas, entre elas a grega e a romana, o trabalho era visto como algo humilhante e degradante que era realizado por aqueles que não possuíam outra forma de sobreviver, ou até mesmo como forma de castigo e destinada a pessoas escravizadas.

No atual contexto, o trabalho pode ser visto como algo que traz um sentimento de satisfação, realização ou prestígio para aqueles que o realizam. Para Morin (2001, p. 9), “o trabalho conserva um lugar importante na sociedade”, pois está associado a elementos como segurança, independência, satisfação pessoal, prestígio, entre outros elementos.

Também Tolfo e Piccinini (2007) afirmam que quando o sujeito vê sentido naquilo que realiza, seu comportamento em relação ao trabalho e a organização podem ser mais positivas, ou seja, mais comprometidas. Com isso, agregando mais valor, motivação e satisfação ao desempenhar suas atividades laborais.

O sentido do trabalho pode ser entendido como uma construção social, que está diretamente ligada à realidade social ressoada no meio em que se está inserido (TOLFO; PICCININI, 2007). Sendo assim, em um dado momento histórico, as diferentes variáveis pessoais, sociais e organizacionais, influenciam as ações dos indivíduos e da natureza da sociedade, e se refletem também em como o trabalho é entendido por aqueles que o realizam. Por isso, o trabalho, noutros momentos e contextos, possuiu um significado bem distinto do que é conhecido hoje.

Com o objetivo de promover o engajamento e o comprometimento do indivíduo em relação ao trabalho, alguns modelos de organização do trabalho foram desenvolvidos. Para

Morin (2001), a razão da organização do trabalho é proporcionar a realização de um trabalho que tenha sentido. Como também estimular o remodelamento do comportamento dos trabalhadores, para que sejam levados a apresentarem atitudes positivas com relação às atividades desenvolvidas, a organização em que trabalham e a eles mesmos.

Com as revoluções industriais, surgiram abordagens de organizações do trabalho modernas, como Organização Científica do Trabalho (OCT) de Taylor, a Teoria da Administração de Fayol, a Burocracia de Weber e a escola das Relações Humanas de Elton Mayo. Como também abordagens pós-modernas, entre elas, a das Características do Emprego de Hackman e Oldham e a Concepção de Sistemas Sociotécnicos de Emery e Trist.

Porém, quando se atenta para o espaço rural, mais precisamente para a agricultura rural familiar no Brasil, observa-se que não houve alterações uniformes e significativas relacionadas à organização do trabalho. Segundo o Estudo da Agricultura Rural Familiar em Alagoas, realizado pela Secretaria de Estado, Planejamento, Gestão e Patrimônio (2016), as dificuldades de acesso ao crédito, assistência técnica e a educação formal impactam diretamente nas transformações da organização do trabalho para o agricultor rural familiar.

O termo agricultura rural familiar surgiu no cenário brasileiro na década de 1990 e refere-se, neste trabalho, àquele definido pela Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais de número 11.326, de 24 de julho de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que orienta os critérios para sua definição, desta forma, estabelecendo “conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (Brasil, 2006, Artigo 1º), sendo essas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais.

Para além do cultivo e produção de alimentos, a agricultura rural familiar tem grande importância no desenvolvimento local, gerando emprego e renda. E segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), existem aproximadamente 10,1 milhões de pessoas em cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Isso representa cerca de 67% da população ocupada na agropecuária e 77% dos estabelecimentos neste segmento.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016), a agricultura rural familiar possui características únicas comparado com os estabelecimentos não familiares, pois os trabalhadores possuem uma relação única com a terra, com seu lugar de trabalho e seu domicílio, além da produção ser sua principal fonte de renda. Diante disto, as características

de uma atividade laboral que apresenta sentido para o trabalhador rural familiar podem também possuir particularidades.

De acordo com Castro e Pereira (2017), ainda que a agricultura familiar seja um segmento importante para a economia nacional, ao longo dos séculos, essa atividade pode não ter passado por grandes transformações e muitas vezes sendo executada de forma rudimentar e apresentando pequenas inovações tecnológicas, sustentando-se fundamentalmente em um sistema de produção intensiva com o uso de mão de obra de baixo custo.

Porém, é necessário reconhecer que o processo de modernização e avanço tecnológico do campo, mesmo que parcialmente, vem causando transformações na atividade e nas relações de trabalho no meio rural, podendo assim, ter alterado a percepção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar.

Considerando-se os aspectos até aqui expostos indaga-se: **quais são os sentidos atribuídos ao trabalho pelo agricultor rural familiar em Alagoas?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo do presente estudo é conhecer os sentidos atribuídos ao trabalho pelo agricultor rural familiar em Alagoas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Descrever o que é o trabalho para o agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano;
- b. Identificar os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar;
- c. Descrever como se dá a organização do trabalho.

1.3 Justificativa

A presente pesquisa se justifica devido à relevância do tema e de suas implicações políticas e sociais. Na primordialidade de um entendimento mais aprofundado do conhecimento científico, ao se propor identificar o que caracteriza um trabalho com sentido para o agricultor rural familiar. Bem como, oportunizar a aproximação e discussão não apenas do sentido do trabalho, como também de seus atores, os agricultores e agricultoras rurais de caráter familiar em Alagoas com produtores, estudantes, pesquisadores, professores e outras pessoas com interesse sobre o tema. Oferecendo uma abordagem descritiva sobre o referido segmento da sociedade.

No aspecto teórico, pode-se citar a escassez de bibliografia nacional acerca do sentido do trabalho voltado à agricultura rural familiar. Mesmo sendo um segmento econômico que atende a diversas necessidades básicas como a geração de emprego, renda, riqueza, produção de alimentos responsáveis do ponto de vista ambiental, valorização do trabalho e do conhecimento local das pessoas que estão inseridas neste ambiente.

Pode-se mencionar também a necessidade de pesquisar alternativas que visam minimizar problemas como a precarização do trabalho, como também conhecer como se dá a organização do trabalho e quais são os fatores que influenciam e constroem o sentido do trabalho para este setor. Assim, a intenção é que as discussões que resultem dessa pesquisa possam ajudar com contribuições para a elaboração de políticas públicas e ações sociais direcionadas para o setor.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de fundamentar o presente trabalho, discute-se teoricamente os seguintes construtos: trabalho, seus sentidos, organização e modelos; em seguida, uma abordagem sobre a agricultura rural familiar no Brasil.

2.1. Trabalho

Antes de abordar sobre trabalho, passamos aqui a referir-se sobre o capitalismo brasileiro, que segundo Maior (2017) adquire feições mais evidentes na estruturação da produção industrial para consumo interno, a classe dominante vale-se de toda essa formação cultural, que perpassa aos trabalhadores, para tentar impedir que estes se vejam como integrantes de uma classe social específica. É quando mesmo depois de cessada juridicamente a escravidão, vai se falar da harmonia das classes sociais no Brasil, que a legislação trabalhista e as relações de trabalho no Brasil estão envolvidas, desde sua formação, em lógicas capitalistas, mas que se concretizam sob estruturas escravistas e servis, dissimuladas por argumentos retóricos.

Outro dado relevante, na formação da cultura brasileira em torno das relações de trabalho, diz respeito ao efeito da própria dissimulação em que se basearam. As relações sociais formadas a partir da produção de racionalidades disfarçadas geram, por óbvio, ausência da compreensão em torno da integração a um determinado projeto social. O individualismo adquire uma feição muito além da própria perspectiva liberal; não se trata de individualismo empreendedor, mas daquele instrumentalizado pela lógica do menor esforço, desenvolvido sob a visualização do fisiologismo, da troca de favores, do favoritismo, de onde advém, inclusive, as práticas de nepotismo, principalmente porque as estruturas administrativas do Estado são utilizadas para servir a esse propósito, sendo oportuno lembrar que a maioria da população que se instaura nas cidades nos primeiros passos da urbanização brasileira é formada por funcionários públicos (MAIOR, 2017).

Ainda na percepção de Maior (2017) a grande dificuldade de contar toda essa sequência de acontecimentos ia sem se perder nos diversos aspectos da história do Brasil, tais como, primeira república, era Vargas, experiência democrática, ditadura militar e redemocratização, é que esses períodos de algum modo, contribuíram para a construção e

surgimento do Direito do Trabalho e para a compreensão atual em torno das relações de trabalho no Brasil.

Com o surgimento das legislações trabalhistas, vale lembrar os argumentos de Heidemann, Toledo e Boechat (2014) ao afirmarem que o trabalho quando abordado na modernização se caracteriza pelas diferenças perceptíveis em seu produto, ou seja, que os produtos do trabalho sejam diferentes entre si é um pressuposto da divisão do trabalho e, como será argumentado, o próprio Estado nacional brasileiro é um resultado da divisão territorial do trabalho e não uma comunidade que decidiu conscientemente por essa forma de organização territorial.

Além disso, Heidemann, Toledo e Boechat (2014) acreditam que o que faz das diferenças entre processos de trabalho especificidades secundárias, meras particularidades, é a reprodução do objeto do trabalho, configurando profissões, posições internas da divisão do trabalho a serem personificadas por sujeitos reificados, e seus interesses são atributos dessa posição territorialmente condicionada. Se esse sujeito é, de fato, um sujeito jurídico do território do Estado nacional brasileiro, sua subjetividade, como trabalhador do território universalizado pelo capital mundial, faz de seus objetivos meros suportes do automovimento do dinheiro.

Para Albornoz (1998), o trabalho pode ser percebido como uma das maneiras essenciais de ação dos seres humanos. De todo modo, o autor supõe que a história da palavra trabalho se refere à passagem pré-histórica da cultura de caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio. Os gregos distinguiam entre o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesanato que serve ao usuário, e a atividade livre do cidadão que discute os problemas da comunidade (ALBORNOZ, 1998).

Em contrapartida, Silva (2003) afirma que os ordenamentos jurídicos modernos não definem diferenciação significativa quando se fala do trabalho e estabelecem circunstâncias para a sua valorização, assumindo assim mais de um sentido, eventualmente mais relevante que ser, por natureza, uma prática finalística e intensa, que excede as fronteiras da individualidade e chega a alcançar a coletividade.

Ainda segundo Silva (2003) os seres humanos passaram a atribuir valor ao trabalho após ultrapassar o estágio da selvageria. Antes disso, suas preocupações eram exclusivamente voltadas à sobrevivência e à perpetuação da espécie. Contudo, o autor acredita que a partir do momento em que se fixaram em um local, necessitando cultivar a terra e criar animais para extrair seu sustento, passaram a ter consciência de como é importante sua atuação no meio

ambiente mediante o uso do trabalho, progressivamente instrumentalizado face ao desenvolvimento de técnicas e cultivo.

Os autores Heidemann, Toledo e Boechat (2014) enfatizam ainda que essa variedade de trabalhos remete à variedade de mercadorias deles decorrentes, mas também à variedade de necessidades de uma sociedade. Dessa forma, o trabalho na linguagem cotidiana pode conter muitos significados; ocasionalmente, cheio de emoção, recorda dor, suor do rosto, fadiga ou até mesmo tortura, sendo denominado também como um método humano que transforma matéria natural em objeto de cultura.

Nessa época, o trabalho era um exercício desempenhado por todos os integrantes da comunidade, sejam eles adultos entre homens e mulheres, crianças ou idosos, na medida das suas possibilidades, sendo a produção repartida igualmente. O comunismo primitivo¹, na prática do trabalho era algo natural e indispensável, decisivo para o surgimento de meios produtivos cada vez mais eficazes, capazes de gerar, em um processo gradual, excedentes de produção, aumento populacional e a divisão de tarefas, este último fenômeno ligado ao surgimento de novas necessidades comunitárias, estimulando o aparecimento de artesãos e comerciantes, que puderam se afastar do núcleo básico da produção (agropecuário), justamente a partir da acumulação daqueles excedentes (SILVA, 2003).

Para Morin (2001) as principais motivações adjudicadas ao trabalho são: para se relacionar com outras pessoas, para ter um sentimento de vinculação, para ter algo que fazer, para evitar o tédio e para se ter um objetivo de vida. Sendo assim, o trabalho não está necessariamente relacionado a trocas de natureza econômica, podendo ser agradável ou desagradável, mas também pode ser exercido dentro de um emprego.

O que se considera sobre trabalho evoluiu. Conforme Wiegerinck (1995, p.10) “se a palavra trabalhar tem na raiz a palavra *tripaliare*, que significa tortura, hoje chamamos trabalho tanto o que os romanos chamavam de labor, o trabalho penoso como o opus, o trabalho criador”.

Outro destaque é Abornoz (1998) ao evidenciar que em nossa língua a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, associado a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los.

Na visão de Martins (2000) o termo trabalho em inglês é utilizado com a palavra *job*. Essa palavra é antiga, remontando ao período anterior ao ano de 1400. *Job* quer dizer hoje

¹ Comunismo primitivo teria surgido nas sociedades pré-históricas, antes da formação do Estado e das classes sociais.

emprego. Pode ter sido uma variante de *gob* (bocado), um pedaço, naco, bocado. *Job* e *gob* podem ter origem em uma palavra céltica, *gob* ou *gop* que quer dizer boca. Inicialmente tinha a palavra significado de pedacinho de alguma coisa. Posteriormente a palavra *job* passa a significar qualquer tarefa que fosse uma única peça de trabalho.

Também é destacado por Martins (2000) o significado trazido na Bíblia, segundo o qual o trabalho era uma espécie de pena, em razão dos pecados cometidos pelo homem. A primeira forma de trabalho a ser lembrada é a escravidão, em que um indivíduo escravizado era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito; a pessoa escravizada, portanto, não era considerado sujeito de direito.

Na Grécia, Platão e Aristóteles entendiam que o trabalho tinha sentido pejorativo posto que envolvesse apenas a força física. A dignidade do homem consistia em participar dos negócios da cidade por meio da palavra. As pessoas escravizadas faziam o trabalho duro, enquanto os demais poderiam ser livres. O trabalho não tinha o sentido de realização pessoal.

As necessidades da vida tinham características servis, sendo que as pessoas escravizadas é que deveriam desempenhá-las, ficando as atividades mais nobres destinadas às outras pessoas, como a política. Hesíodo, Protágoras e os sofistas mostram o valor social e religioso do trabalho, no sentido de que agradaria os deuses, criando riquezas e tornando os homens independentes. O entendimento do trabalho manual como atividade indigna do homem livre foi imposta pelos conquistadores dóricos (que pertenciam à aristocracia guerreira) aos aqueus. Nas classes mais pobres, na religião dos mistérios, o trabalho é considerado como atividade dignificante.

O trabalho na lavoura, incluindo o esforço físico e a vida ao ar livre, goza na antiguidade grega de prestígio. É no período helenístico que passa a ser realizado por pessoas escravizadas, não mais pelos proprietários. Isto indicaria ou acarretaria uma mudança do conceito vivo do trabalho na natureza durante a história grega (ALBORNOZ, 1998).

Além disso, Albornoz (1998) destaca que todo trabalho supõe intenção para um fim e esforço. Para alguns trabalhos, este esforço será principalmente físico; para outro intelectual: “Trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o edifício pronto” (ALBORNOZ, 1998, p. 20).

Assim, Locke (2001) atribuiu ao trabalho à conquista dos bens ou, em outras palavras, sempre que se retira um objeto do estado de natureza e a ele acrescentar seu trabalho, tal objeto torna-se sua propriedade. Podemos aqui dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do

estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade.

Essa é uma característica importante do pensamento de Locke (2001): a valorização do trabalho como forma de aquisição da propriedade. O trabalho desenvolvido pelo homem é para o filósofo uma propriedade inquestionável do trabalhador e, assim, somente ele pode ter direito ao que o trabalho lhe acrescentou. Sendo assim, fica perceptível que o entendimento em relação ao trabalho e seus conceitos mudaram ao longo da história, diferentes sociedades e culturas. Com isso, o sentido atribuído a este também merece ser discutido, como será apresentado no próximo tópico.

2.1.1. Sentido do Trabalho

Pode-se considerar que o sentido do trabalho é oriundo de uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de relacionar-se e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte (SACHUK e ARAÚJO, 2007).

De acordo com Costa (2013, p.375) o sentido do trabalho é “uma representação individual e/ou coletiva do ato de trabalhar desenvolvida por meio de um processo de percepção e reprodução do sentido, onde se apreciam as situações vivenciadas no ambiente de trabalho e a representatividade destas para o trabalhador”.

Sendo assim, ao destacar o sentido do trabalho é preciso abordar as mudanças nas formas de trabalho e emprego que trazem implicações objetivas e subjetivas, já que a noção de trabalho envolve tanto as condições socioeconômicas nas quais essa atividade humana desenvolve-se como no significado, no sentido e nos valores socioculturais dessa experiência. As condições de trabalho são relativas às circunstâncias nas quais ele ocorre, já os significados remetem a diferentes valores e concepções sobre trabalho (COUTINHO, 2009).

Alguns autores do campo dos estudos do trabalho, como, Lemos, Cavazotte e Souza (2015), Bispo, Dourado e Amorim (2013) e Sawitzki, Lorenzetti, Griza et al. (2012), consideram sentido e significado como termos de entendimento semelhantes. Já Tolfo e Piccinini (2007, p. 40) recorrem à etimologia da palavra sentido para explicar o uso de ambos os termos como sinônimos, a palavra sentido origina-se do latim *sensus*, que remete à percepção, significado, sentimento, ou ao verbo *sentire*: perceber, sentir e saber.

Além do mais, Tolfo e Piccinini (2007, p. 40) distinguem significado e sentido, definindo o primeiro como a “representação social que a tarefa executada tem para o

trabalhador”, que se entende pelo reconhecimento do seu trabalho para se alcançar os resultados pretendidos, no sentimento de pertencimento a um grupo ou na importância de seu trabalho para toda a sociedade. Já o sentido é entendido pelas autoras como “o valor que o trabalho possui para o indivíduo no âmbito pessoal, sua satisfação e autorrealização”. Embora os termos sentido e significado possam ser entendidos como sinônimos, neste trabalho destaca-se como escopo do trabalho conhecer os sentidos atribuídos ao trabalho para os agricultores rurais de caráter familiar.

Na abordagem de Morin (2001) as principais razões para o trabalho são as seguintes: relacionar com outras pessoas, ter o sentimento de vinculação, ter algo que fazer, evitar o tédio e ter um objetivo na vida. Para a autora, há três características que contribuem para dar sentido ao trabalho (MORIN, 2001):

1. A variedade das tarefas: É a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exigem uma variedade de competências;
2. A identidade do trabalho: É a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável;
3. O significado do trabalho: É a capacidade de um trabalho em si.

Ainda conforme a autora Morin (2001) os resultados de seus estudos permitiram determinar seis características do sentido trabalho conforme quadro 01:

Quadro 1- Seis Características do Sentido Trabalho

Um trabalho que tem sentido é feito de maneira eficiente e gera resultados	Aqui o trabalho é uma atividade produtiva que agrega valor a alguma coisa.
Um trabalho que tem sentido é intrinsecamente satisfatório	Nesse tópico o prazer e o sentimento de realização que podem ser obtidos na execução de tarefas dão um sentido ao trabalho.
Um trabalho que tem sentido é moralmente aceitável	Entende o trabalho como uma atividade que se inscreve no desenvolvimento de uma sociedade; em outras palavras, o trabalho deve ser feito de maneira socialmente responsável.
Um trabalho que tem sentido é fonte de experiências de relações humanas satisfatórias	O trabalho é abordado também como uma atividade que coloca as pessoas em interação umas com as outras.
Um trabalho que tem sentido garante a segurança e a autonomia	O trabalho aqui está associado à noção de emprego. Onde o salário que ele propicia prover a necessidades de base, provê sentimento de segurança e possibilita ser autônomo e independente.

Um trabalho que tem sentido é aquele que nos mantém ocupados	Compreende o trabalho como uma atividade programada, com um começo e um fim, com horários e rotina.
--	---

Fonte. Elaborado conforme Morin (2001, p. 73-74)

Para entender essas características acima, passamos a discutir sobre os agricultores rurais de caráter familiar, a partir do entendimento de Schneider (2003) o qual menciona como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Ao delimitar as fronteiras conceituais entre a agricultura familiar e a pluriatividade, Schneider (2003) explica como é entendida a agricultura familiar e por que a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo.

Segundo Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma "lenta e gradual" subordinação à indústria. Esse processo é comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura que acaba por transformá-la em um ramo da indústria, completando-se, assim, uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas. No entanto, o autor afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades, desde que elas desenvolvam "formas de trabalho acessório" que lhes permitam manter sua reprodução social.

A permanência de pequenos proprietários estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos capitalistas, os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores.

Parte do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, é o que explica Schneider (2003) mencionando também que essa ação vem de determinadas situações históricas, e certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas essa não é uma "regra universal", e o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos

históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo, mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pode desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes.

Assim, entende-se que o sentido do trabalho é uma construção e pode sofrer alterações a depender do momento histórico, localidade, grupo social, de indivíduo para indivíduo ou até mesmo como se dá a organização do trabalho.

2.2. Organização do trabalho

A evolução da organização do processo de trabalho é um paralelismo com a evolução do capitalismo, segundo vários aspectos, tais quais podem explicar os avanços e recuos que a organização da classe dos trabalhadores desde a sua constituição, depois disso surge a separação dos produtores de seus meios de produção; movimentos esses intimamente ligados às variáveis que determinam o próprio desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

Assim surge de um lado um capitalismo formado por grandes empresas que controlam vários setores do mercado dito livre concorrencial, agindo com um planejamento de mercado, em virtude do montante de capital acumulado. De outro, um capitalismo de Estado, no qual as instituições estatais controlam as empresas e planejam os mercados, principalmente através dos gestores dessas instituições. O elemento comum a essas duas vertentes conforme o site Mundo Educação é a permanência da exploração da mais-valia dos trabalhadores por burgueses e gestores (burocratas das empresas e do Estado), já que aqueles continuam afastados do controle dos meios de produção e da capacidade de decidir sobre a organização das relações sociais de produção.

A partir do surgimento do sistema capitalista de produção, emerge a generalização da produção para a troca; com a expansão desse sistema passaram a ser entendida como expressão da diferenciação da divisão social do trabalho que ocorre também a separação definitiva dos produtores diretos de mercadorias dos seus meios de produção (TEIXEIRA; SOUZA, 1985). Expropriados, passam a ser possuidores de uma única mercadoria a sua força de trabalho. Proletarizados são convertidos em trabalhadores assalariados. Simples operadores dos instrumentos de produção que não mais lhes pertencem.

Nessa fase capitalista, à medida que as necessidades foram sendo satisfeitas, ampliaram-se, contribuindo para a criação de novas relações, que passaram a determinar a condição histórica do trabalho. Foi o sistema capitalista que reduziu a atividade vital humana, ou seja, o trabalho em emprego, e, no contexto atual, tirou da grande maioria da humanidade até mesmo esta forma reduzida e exploradora através da qual homens e mulheres produziam suas vidas (LEAL, 2014).

Com a revolução industrial e os meios de produção, Maurici (2007) destaca outro aspecto que merece ser analisado de forma mais detalhada, dado sua importância para o capitalismo e para o trabalhador, é a utilização de uma organização do trabalho dentro da produção industrial: a divisão do trabalho.

O autor acredita que exceto a forma como se passa a subdividir o trabalho, as alterações produtivas instauradas nesse período não são radicais. O trabalho continua manual e dependente das habilidades daqueles que o realizam. Um pouco adiante no tempo, uma mudança radical ocorre com o aparecimento da grande indústria e da maquinaria que a acompanha (MAURICI, 2007).

Nessa linha de pensamento Guareschi e Grisci (1993) já mostravam que as fábricas passaram a ser pensadas e arranjadas conforme as conveniências das máquinas e não mais a partir das necessidades dos trabalhadores. Seguindo fielmente a racionalidade econômica, ou seja, buscando o aumento da produtividade e dos lucros, os empresários passaram a buscar novas formas de regular, organizar e aprimorar o processo produtivo e o trabalho. Desses esforços surgem três novos sistemas de produção: o taylorismo², o fordismo³ e o toyotismo⁴.

Para Cunha (2016) foi com a organização industrial que emergiu da revolução industrial ocorrida na Europa no século XIX na Inglaterra, que foi aperfeiçoada no Novo Continente, mais precisamente na Filadélfia e em Detroit, nos Estados Unidos da América. Esse aperfeiçoamento desejado veio com Taylor e com Ford. O primeiro foi um engenheiro que se dedicou, entre outras coisas, à administração científica. Para ele, as atividades relacionadas à execução deveriam ser separadas daquelas consideradas diretivas. “Os serviços

²Sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor 1856-1915, com o qual se pretende alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço.

³ Conjunto das teorias sobre administração industrial, criadas pelo industrial e fabricante de automóveis. Henry Ford 1863-1947.

⁴ É um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema).

concernentes à execução eram classificados, cronometrados, sem deixar qualquer margem à imaginação do operário”. (De MASI, 2003, p. 128-129).

Para De Masi (2003, p. 133) “Ford, que era não somente engenheiro, mas também empresário, resolveu colocar em prática a teoria de Taylor, adotando a racionalização e a maximização na indústria automobilística”. Ele criou, em 1903, uma indústria automobilística que até hoje leva o seu nome, baseando a sua produção em um sistema que se denominou fordismo. “Esse sistema visava à produção de veículos a serem vendidos por preços relativamente baixos. Para isso, ele utilizava cinco transformações principais” (GOUNET, 2002, p. 18-19).

A partir do binômio fordismo/taylorismo, que o sistema produtivo e processo de trabalho, estruturou-se na fabricação em massa de mercadorias, fundada na produção homogeneizada e verticalizada. Assim descrita

Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças (ANTUNES, 2003, p. 36-37).

Era, portanto, necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

Enquanto o sistema de fábrica foi responsável pela introdução do princípio de separação entre trabalho manual e intelectual no processo de trabalho, a organização da gerência científica (ou administração científica), por meio do taylorismo, incumbiu-se de retirar dos operários, e transferir para os capitalistas, o controle de cada fase e atividade dentro do processo de trabalho, como também de seu modo de execução, baseado até então em um conhecimento prático advindo da experiência e tradição do ofício (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

Além disso, Morin (2001) menciona que a organização do trabalho deve oferecer aos trabalhadores a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e seu livre-arbítrio, de conhecer a evolução de seus desempenhos e de se ajustar.

Ainda consoante Morin (2001) o princípio que guia a organização do trabalho é o de modificar os comportamentos de tal forma que, os trabalhadores sejam conduzidos a desenvolver atitudes positivas com relação às funções executadas, à empresa que os emprega e a eles próprios. É o comprometimento com o trabalho que constitui o principal indicador de

uma organização eficaz. Assim, é importante que a organização das tarefas e das atividades torne favorável à eficiência e que os objetivos visados e os resultados esperados sejam claros e significativos para as pessoas que o realizam (MORIN, 2001).

Já nas palavras de Arendt (2007, p.15) em relação “a divisão do trabalho divide-se em: condição humana, que constituem a gênese da sua antropologia filosófica; o labor; o trabalho e a ação”. A estas três atividades correspondem três condições humanas: vida, pertencer ao mundo e pluralidade.

A abordagem à condição humana de Arendt (2007) diz respeito às formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver. São condições que tendem a suprir a existência do homem e variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem é parte. Já o labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano em que o crescimento espontâneo e eventual declínio têm relação com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

Para a autora, o trabalho “produz um mundo artificial de coisas, diferente de qualquer ambiente natural” (ARENDR, 2007, p.15). Assim, ao trabalhar, os indivíduos produzem as necessidades vitais que devem alimentar o processo vital do corpo humano, o que significa que a atividade do trabalho nunca chega a um fim enquanto durar a vida; ela é infinitamente repetitiva.

Esses três processos abordados por Arendt (2005) são diferentes da atividade da fabricação, cujo fim é atingido quando o objeto está terminado, pronto para ser adicionado ao mundo comum das coisas e dos objetos, a atividade do trabalho se move sempre no mesmo círculo prescrito pelo organismo vivo, e o fim de suas fadigas e penas só chega com o fim. Em outras palavras, o trabalho produz bens de consumo, e trabalhar e consumir são apenas dois estágios do sempre-recorrente ciclo da vida biológica.

Em relação a essas necessidades dos trabalhadores, enfatiza-se aqui o direito do trabalhador, para Marx e Engels (2012) a burguesia detinha um poder de exploração sobre a classe proletariado, e que esta relação de exploração acontecia sob a forma da propriedade privada dos meios de produção. Desta forma, o trabalhador se via obrigado a vender sua força de trabalho ao empresário capitalista. Neste contexto, a força de trabalho se torna uma mercadoria, vendida ao empresário por um salário. Com o direito de exercer suas atividades nesse contexto foi se perdendo no tempo.

Ao se negociar a força de trabalho como mercadoria promove-se a completa separação do trabalhador dos meios de produção, alienando o homem de sua essência, que é o trabalho. “O fato de o operário não ter o domínio do processo de produção e não se beneficiar do produto de seu trabalho promove a alienação” (LEAL, 2014, p.12).

De acordo com Leal (2014) a evolução do processo de trabalho passou da cooperação simples à manufatura, e depois evoluiu para a grande indústria. Surgiram nas fábricas, no início do século XX, esforços direcionados para a racionalização do trabalho, em cuja defesa Taylor é um dos nomes em evidência. A sociedade de mercado transformou o trabalho na fonte de todos os valores do homem. O trabalho tornou-se nesta era uma atividade compulsiva e incessante, a servidão tornou-se liberdade e a liberdade, servidão; ou seja, a aceitação voluntária de um sofrimento, sem outro sentido senão ele próprio.

Portanto, depois do fordismo/taylorismo a mera técnica de gestão administrativa voltada ao foco da produção e dos lucros, mas sobretudo, como um modo de organização da sociedade direcionado à expansão e manutenção do sistema capitalista de produção. O fordismo/taylorismo consubstancia-se em um modelo de controle do capital sobre o trabalho, com a concessão de algumas vantagens aos trabalhadores em troca de seu abandono do projeto de controle da produção (CUNHA, 2016).

Por isso, não era mero modelo produtivo, mas sobretudo um expediente utilizado pelo capitalismo para o controle da sociedade e a manutenção do sistema diante das consequências nefastas (para a classe trabalhadora) advindas do liberalismo. Desta forma, foram necessárias concessões salariais diretas e indiretas a fim de que os trabalhadores abdicaram da luta de classes. Deste ponto surge a crise fordismo/taylorismo.

Com o surgimento da crise fordismo/taylorismo, passam-se a destacar as ações da Terceira Revolução Industrial fundada com a inovação tecnológica, que fornece a ferramenta para o enxugamento das empresas, introduzindo novas formas de organização do trabalho e de seu gerenciamento, a empresa industrial convencional passou a ser coisa do passado.

Nesse cenário, a tecnologia teve a magia de alterar os parâmetros da competitividade, permitindo a expansão dos mercados, daí a globalização e a prevalência dos mercados mundiais. Tudo isso em função das inovações tecnológicas que ditam o processo de melhoria contínua e requisitam uma qualificação profissional esmerada. Leal (2014) menciona ainda que em 1789 houve uma revolução tecnológica mais intensa que invadiu todos os segmentos da sociedade moderna inaugurada com a República da Revolução Francesa. Na empresa, à medida que a inovação tecnológica era introduzida na produção, por meio de máquinas ou

equipamentos, havia um descarte de pessoal desproporcional. Os ganhos de produtividade foram impressionantes.

Ainda consoante Leal (2014) outra característica marcante foi a descentralização da produção. O padrão da grande empresa representativa da Segunda Revolução Industrial foi abandonado e o foco passou a ser a empresa. As atividades-meio são repassadas para terceiros, teoricamente mais especializados, portanto, mais competentes no que fazem. A descentralização, ainda que não visasse a redução de pessoal, acabou sendo assim e a precarização foi uma consequência através do que se convencionou chamar de prestação de serviços pela pessoa jurídica. Esse enxugamento empresarial teve como reflexo a redução das estruturas, dos níveis hierárquicos e de decisão nas organizações.

Além disso, muitos profissionais ficaram sem trabalho enquanto a multifunção e polivalência⁵ foram intensificadas. Neste momento surge a divisão do trabalho, em que o trabalhador se vê especializado e dividido, obrigado a acompanhar as novas exigências da produção; e as especializações de trabalho que consistem na aplicação dos trabalhadores a máquinas e operações determinadas.

Foi nessa fase que houve as novas formas de organização de trabalho. Leal (2014) destaca primeiro a qual é feita a venda do produto que o cliente quer, e em seguida, sua fabricação. Com isso os estoques foram racionalizados, a matéria-prima passou a chegar na hora de aplicá-la. A produção passou a ser iniciada após a venda de determinado produto de tal modelo. Depois, inicia-se a produção pós-venda, em que se recebe o capital antecipadamente, aqui o cliente é quem financia tudo. Estas técnicas são denominadas de Toyotismo.

As funções foram enriquecidas e surgiu uma nova linguagem, a forma de trabalhar em conjunto com colegas em outra parte do mundo no desenvolvimento dos produtos e mercados locais, o que foi possível graças ao computador, ao satélite e à tecnologia.

2.2.1. Modelos de Organização do Trabalho

Em relação aos modelos da organização do trabalho, tais como, abordagem Clássica das Organizações, a Organização Científica do Trabalho, a Burocracia entre outros, Nascimento (2012) aborda que esses modelos e o trabalho sempre estiveram na história. Sendo seu objetivo inicial, a sobrevivência, ou seja, desde a passagem pré-histórica da cultura

⁵ Caráter ou qualidade de polivalente.

de caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio, o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesanato.

Nas palavras de Marques (2010) enquadra-se na abordagem clássica das organizações a Organização Científica do Trabalho - OCT de Taylor, a Teoria da Administração de Fayol e a Burocracia de Weber. Estas teorias representam diferentes metáforas da organização, nomeadamente a metáfora de “a organização como máquina” no que respeita à OCT e a metáfora “a organização como instrumento de controle” no que respeita à Burocracia. Relativamente ao nível de análise da organização, a OCT e a Burocracia representam perspectivas diferentes apresentando uma análise micro e uma análise macro da organização, respectivamente.

Consoante Marques (2010), a Burocracia propõe uma análise macro, surgindo como o primeiro grande modelo teórico, sugere uma perspectiva estrutural da organização e define a organização como um sistema formal de relações. Nessa teoria, o conceito de estrutura comporta os aspectos formais e as relações entre eles, e a partir dele as organizações são classificadas como burocráticas ou não burocráticas.

Pode-se afirmar ainda que Weber estudou os aspectos referentes à organização formal, ou seja, aos meios necessários para desempenhar o conjunto de atividades de todos os indivíduos, da totalidade das funções e da organização por forma a atingir o objetivo comum (CANAVARRO, 2005).

Dentre as diferentes escolas que defendem tipos diversos de organização do trabalho, destacam-se:

- Escola Científica ou Clássica tendo como principais fundadores: F. Taylor; H. Fayol e H. Ford. A organização do processo produtivo deve ser formal, hierarquizada, autoritária e racionalizada para maximizar a produção, devendo exercer um rígido controle sobre o trabalho, seu ritmo e o modo que deve ser executado. A gerência deve exercer vigilância sobre o trabalho de níveis hierárquicos inferiores, a fim de aumentar a produtividade.
- No que tange às Teorias Modernas de Administração: Teoria Estruturalista; teoria Comportamental e Abordagem Sócio técnica. Propõe a participação do processo de organização da produção, incentivando a comunicação, desenvolvendo a motivação no trabalho, descentralização nas decisões, delegação de autoridade, consulta e participação dos trabalhadores.

Segundo Nascimento (2012) essas condições contrapõem os modelos de organização do trabalho clássicos, fazendo com que através do novo paradigma, os trabalhadores sintam-se integrantes do processo produtivo, valorizando suas tarefas, aumentando sua autoestima e contribuindo para melhorar sua qualidade de vida e satisfação no trabalho.

O quadro 02 apresenta de forma sumarizada as perspectivas, modelos de trabalho, abordagem e um breve resumo de cada modelo de trabalho apresentado.

Quadro 02 - Modelos da Organização do Trabalho

Perspectivas	Modelo	Abordagem	Resumo
Abordagem clássica das organizações	Administração Científica	Arrumando o chão da fábrica	Fundada por Frederick Winslow Taylor, ênfase nas tarefas, administração como ciência e organização racional do trabalho;
	Teoria Clássica da Administração	Organizando a empresa	Fundada por Henri Fayol, ênfase na estrutura, na teoria da Administração, princípios e elementos da Administração, apreciação crítica da teoria clássica;
Abordagem humanística da Administração	Teoria das relações humanas	Humanizando a empresa	Desenvolvida por Elton Mayo e colaboradores, a partir da Experiência de Hawthorne, em oposição à Teoria Clássica da Administração. Conclusões: o nível de produção é resultante da integração social, comportamento social dos empregados, recompensas e sanções sociais, grupos informais, relações humanas, importância do conteúdo do cargo e ênfase nos aspectos emocionais;
	Decorências da teoria das relações humanas	Dando importância aos grupos	O homem social - A influência da motivação humana, a liderança, a comunicação, a organização informal, a dinâmica de grupo, apreciação crítica da teoria das relações humanas
Abordagem neoclássica da Administração	Teoria neoclássica da Administração	Definindo o papel do administrador	Administração como técnica social. Características: ênfase na prática da administração, reafirmação dos postulados clássicos, ênfase nos princípios gerais da administração, ênfase

			nos objetivos e nos resultados, ecletismo nos conceitos;
	Decorrências da teoria neoclássica: tipos de organização	Dando forma a empresa	A característica mais importante da organização formal é o racionalismo. A organização linear, a organização funcional, a organização linha- <i>staff</i> , comissões.
	Decorrência da teoria neoclássica: departamentalização	Compondo as unidades da empresa	Contribuição principal são as novas abordagens acerca da departamentalização. Departamentalização por: funções, produtos ou serviços, geográfica, clientela, processos e projetos.
	Administração por objetivos (APO)	Focalizando resultados	APO surgiu em 1954 a partir de Peter F. Druker. A partir disso o foco foi voltado para os objetivos e finalidades da organização. Características: determinar um conjunto de objetivos entre o gerente e o supervisor, definir objetivos para cada departamento ou posição, interligação entre vários objetivos departamentais, ênfase na mensuração e no controle de resultados, contínua avaliação, revisão e reciclagem dos planos, participação atuante das gerências e dos subordinados e apoio intensivo do <i>staff</i> .
Abordagem Estruturalista da Administração	Modelo burocrático de organização	Em busca da organização ideal	Surgiu por volta dos anos 1940 com base nas obras de Max Weber e possui os seguintes características: caráter legal das normas, caráter formal das comunicações, divisão do trabalho, impessoalidade no relacionamento, hierarquização da autoridade, rotinas e procedimentos, competência técnica e mérito, especialização da administração e profissionalização.
	Teoria Estruturalista da Administração	Ampliando os horizontes da empresa	Busca ser uma síntese da Teoria Clássica e da Teoria das Relações Humanas, com suas bases na abordagem de Max Weber e de certa forma, nos

			trabalhos de Karl Marx. A sociedade moderna e industrializada é composta por organizações nas quais se passa a depender para nascer, viver e morrer.
Abordagem Comportamental da Administração	Teoria comportamental da Administração	Dinamizando a empresa por meio de pessoas	Aqui a ênfase se mantém nas pessoas, porém dentro de um contexto organizacional mais amplo. Se aborda: novas proposições sobre a motivação humana, novas proposições sobre estilos de administração, a organização como um sistema social cooperativo, processo decisório, comportamento organizacional, novas proposições sobre liderança (autoritário explorador, autoritário benevolente, consultivo e participativo).
	Teoria do desenvolvimento organizacional (DO)	Empreendendo a mudança e a renovação empresarial	Surgiu em 1962, tem como base a mudança organizacional planejada. Tem como objetivo mudar as pessoas, a natureza e a qualidade das relações de trabalho, ou seja, foco na mudança da cultura organizacional. Características: focaliza a organização global, orientação sistêmica, utiliza agentes de mudanças, ênfase na solução de problemas, aprendizagem experimental, processos grupais, retroação intensiva, orientação contingencial, desenvolvimento de equipes e enfoque interativo.

Fonte: (CHIAVENATO; 2003)

Com isso apresentado, nota-se que, além dos conceitos acerca do trabalho e seus sentidos apresentaram mudanças ao longo do tempo, os modelos de trabalho também acompanharam essas transformações, como será apresentado a seguir.

2.2.2. Novos Modelos de Organização do Trabalho

Para Silva e Marques (2013), com o aumento da competitividade econômica e da globalização, acompanhado de um rápido desenvolvimento tecnológico e de um aumento ao nível de instrução, as organizações sentiram necessidade de flexibilizar as suas estruturas, modernizar-se tecnologicamente e permitir a qualificação e participação dos trabalhadores.

Para os autores Silva e Marques (2013), às novas exigências, os novos modelos de organização de trabalho têm como denominador comum o trabalho em equipe e têm por base a influência da abordagem humanista, vista anteriormente, que introduziu fatores relacionados com os indivíduos, nomeadamente as suas necessidades de desenvolvimento, a motivação e o enriquecimento de tarefas.

Segundo Kovács (1993), a flexibilidade da organização e dos recursos humanos permite: melhorar e/ou inovar os produtos e métodos; aumentar a flexibilidade funcional; aumentar as oportunidades para o controlo de qualidade; aumentar as oportunidades para a manutenção preventiva; identificar e resolver rapidamente problemas imprevistos; reduzir os tempos mortos e tempos de operação permitindo uma maior fluidez da produção; reduzir a mão-de-obra indireta; aumentar a satisfação no trabalho e a motivação; melhorar o relacionamento entre a direção e os trabalhadores; melhorar as competências técnicas e sociais dos indivíduos e das equipas.

Diante disso, Kovács (1993) informa que O “Modelo de Organização Flexível” apresenta as seguintes características:

1. Adaptabilidade ao meio; pouca formalização de atividades;
2. As atividades são gerais e, por vezes, sobrepostas;
3. A existência de uma estrutura em rede quanto à natureza do sistema de gestão;
4. A utilização de diversos meios de coordenação; a autoridade é dispersa e múltipla;
5. É baseado no conhecimento e/ou na especialidade; a responsabilidade é partilhada por diversos participantes;
6. As funções são gerais, dinâmicas e dependentes das circunstâncias; a interação e a influência são feitas aos vários níveis hierárquicos;
7. Existe pouca formalização das regras e procedimentos;
8. Existe uma menor diferença entre níveis hierárquicos e de poder; o planeamento é flexível e geral;
9. A tomada de decisão está descentralizada e é participativa e existe uma adaptação contínua a novas situações.

Além disso, Silva e Marques (2013) destacam que os novos modelos de organização do trabalho vêm sendo alvo de estudo. Esses modelos de organização de trabalho derivam da Abordagem Clássica das organizações e pela Abordagem Humanista, os quais são abordados modelos de organização do trabalho, desde o modelo tradicional da Organização Científica do Trabalho (OCT) de Taylor até aos modelos mais recentes apresentados como alternativas ao modelo tradicional e cujo denominador comum é o trabalho em equipe.

Conforme Kovács e Casaca (2004), as novas tecnologias de informação e comunicação favorecem a mobilidade de emprego, a flexibilidade, a criação de emprego e a qualificação dos postos de trabalho, conduzindo a uma sociedade cognitiva, centrada na produção e intercâmbio de conhecimentos. O trabalho torna-se mais complexo, qualificante, intensivo em conhecimento e encaminha os indivíduos para a aprendizagem ao longo da vida.

Além disso, Kovács (2006) identifica duas perspectivas dos novos modelos de organização do trabalho: a perspectiva centrada no fator humano e a perspectiva centrada na eficiência. Sendo a difusão dos novos modelos de organização do trabalho não sendo uma tendência geral que surge com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. A descentralização, o trabalho em grupo ou a autonomia no trabalho podem ter conteúdos e significados diferentes segundo a lógica na organização do trabalho. A natureza e o grau de autonomia estão dependentes da divisão do trabalho, das orientações estratégicas e dos modelos de organização do trabalho adotados pela organização.

Já Silva e Marques (2013) mencionam esses modelos alternativos à OCT e dos modelos mais recentes que assentam na flexibilidade e na gestão do conhecimento como fator chave de desenvolvimento das organizações, remetendo-nos para a análise da Abordagem Clássica das organizações até às abordagens mais recentes. Esses modelos de organização do trabalho assentam em grande parte na flexibilidade organizacional e na flexibilidade dos recursos humanos.

Compreende-se, portanto, que os novos modelos de organização do trabalho são provenientes da evolução de modelos já existentes. Podendo, no atual contexto serem mais bem estudados, validados e avaliados.

2.3 Agricultura Rural Familiar no Brasil

A agricultura rural familiar compreende no cultivo da terra, na gestão da propriedade compartilhada pela família e na força de trabalho e direção representada essencialmente por membros do núcleo familiar, sendo a atividade produtiva agropecuária sua principal fonte de renda. Além disso, o agricultor rural familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia (EMBRAPA, 2013; MAPA, 2019). Para compreender mais a fundo o conceito e a importância da agricultura rural familiar no Brasil são necessários abordar alguns pontos pertinentes quanto ao seu surgimento e evolução ao longo dos anos.

Segundo a SEPLAG (2016), a estrutura agrária brasileira é consequência de um processo histórico que se iniciou na colonização do país. Sendo que esta estrutura e o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro impossibilitaram que a população rural tivesse acesso à propriedade da terra, com isso tornando o meio rural um universo de ampla desigualdade. Isso fez com que a produção familiar se tornasse um setor historicamente marginalizado, concorrendo com o agronegócio exportador o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do país e a atenção do poder público.

Conforme Candioto (2011), no Brasil o termo agricultura familiar ganhou visibilidade a partir da década de 1980. Nesse momento, passou-se, também, a refletir sobre a sua integração com a agroindústria, e, conseqüentemente, a questão da subordinação tornou-se central no que se refere à produção familiar.

Ao fim da ditadura militar no Brasil em 1985, trabalhadoras e trabalhadores rurais, pequenos produtores e suas organizações representativas começaram a adquirir maior propensão organizativa e de poder de negociação política. Com o objetivo de unir forças para conseguir melhores condições de trabalho e vida no campo. A mobilização dessas organizações coletivas teve como resultado, por exemplo, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SILVA, 2015).

De acordo com Silva (2015), a partir da década de 90 o termo agricultura rural familiar teve uma crescente aproximação com o espaço acadêmico e político acerca de sua expressividade social e econômica. A identificação do termo agricultura rural familiar enquanto conceito, nasce verdadeiramente da realidade brasileira, a partir das discussões entre o abismo dos modelos de agricultura no Brasil, a agricultura patronal (ou empresarial) e a agricultura familiar. E ao mesmo tempo que designa um modelo de organização de unidade de produção agrícola, passa também a ser uma identidade social de um grupo bastante diverso.

Com o objetivo de atender as demandas históricas do setor, em 1996 foi criado pelo Governo Federal o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que de acordo com o

BNDES (2019), visa a geração de renda e a melhoria do uso da mão de obra familiar, através do financiamento a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais. Segundo Silva (2015), foi a partir do PRONAF que despontaram outras ações governamentais relevantes para o setor, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), ambas em 2003.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), o setor se destaca pela diversidade produtiva, muitas vezes associando a produção de subsistência à produção destinada ao mercado. Com isso, a agricultura rural familiar é a principal responsável pela produção de alimentos ofertados para consumo dos brasileiros. É formada por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Na abordagem de Bezerra e Schlindwein (2016) no universo da agricultura existem dois importantes segmentos produtivos que impactam no Produto Interno Bruto - PIB, a destacar a agricultura não familiar e a agricultura familiar. Na afirmação de Guanziroli et al. (2011) a agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 do IBGE (2018), existem cerca de 3,9 milhões de unidades caracterizadas como rural familiar no Brasil. Isso corresponde a aproximadamente 77% do total de estabelecimentos agropecuários, garantindo a ocupação por volta de 69% da mão de obra na área rural. Sendo a agricultura rural familiar responsável por aproximadamente 23% da produção nacional, gerando o equivalente a R\$107 bilhões por ano.

Independentemente da relevância do setor, no Brasil, os agricultores familiares historicamente receberam pouco amparo do poder público na execução de suas atividades. A agricultura rural familiar foi relativamente negligenciada pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, que foi iniciada ao término da segunda guerra mundial (CASTRO, 2014). Assim, o meio rural foi historicamente entendido como uma periferia espacial precária da cidade (WANDERLEY, 2005).

Tratando dos atores que compõem o contingente de agricultoras e agricultores rurais familiares, Silva (2015) afirma que eles estão distribuídos por toda a extensão nacional, lidando diretamente com o mundo rural e em meio as potencialidades e debilidades,

compondo estratégias de reprodução social e exploração de recursos. Sendo esses últimos primordiais para a vida humana, como a terra, água e biodiversidade, com isso a agricultura rural familiar tem uma notoriedade essencial na manutenção, continuidade e aproveitamento desses recursos.

Foi a partir dos trabalhos de Guanziroli et al (2010), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país. Apesar da pertinência da agricultura rural familiar, de acordo com Castro (2014), a escassez de suporte era generalizada em diversas perspectivas dos processos produtivos agrícolas desde o acesso à terra até a comercialização da produção. Para além, os obstáculos na obtenção de crédito, assistência técnica e educação impactam diretamente nas transformações da organização para o agricultor rural familiar.

A agricultura familiar é profundamente diversificada, englobando tanto familiares que vivem em circunstância de extrema pobreza como também produtores que alcançam gerar renda várias vezes superior à que marca a linha da pobreza. Com a existência de tamanha heterogeneidade, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), órgão ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), optou por diferenciar os agricultores rurais familiares em três grupos: i) os capitalizados, que estão inseridos no campo de atividades econômicas integrados ao mercado; ii) os descapitalizados ou em transição, que destinam uma parte da produção para o mercado; iii) os residentes rurais, que destinam sua produção quase exclusivamente para o consumo próprio. (SEPLAG, 2016, p. 11)

Demarca-se aqui que o termo agricultura familiar utilizado neste trabalho refere-se àquele definido pela Lei de número 11.326, de 24 de julho de 2006, que orienta os critérios para sua definição. Desta forma, estabelecendo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais, no Art. 3º define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- a. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- e. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Para Azevedo e Pessôa (2011) afirmam que durante anos a agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil, vem obtendo relevâncias ainda que ao longo dos anos este segmento da sociedade não tenha tido uma atenção especial ou valorização no que tange às políticas públicas e na atuação do Estado Nacional, quando comparados a outros segmentos, tal como a agricultura patronal.

Dados apresentados por Evangelista (2000) tratam da importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro, atribuindo-lhe significativa participação na produção de alimentos e na geração de empregos. Podemos também observar a resistência da agricultura familiar através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

De acordo com o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), foi apresentado pelo então secretário da agricultura familiar, Fernando Schwanke, o programa Bioeconomia Brasil durante o Seminário sobre Agricultura Rural Familiar Brasileira, realizado pela OCDE no ano de 2019 na cidade de Paris. Ao longo da apresentação do programa, Schwanke ressaltou a relevância brasileira em relação não apenas a sua biodiversidade e recursos naturais, como também em seu potencial na geração de negócios sustentáveis. Assim, com o envolvimento de agricultores familiares, pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, o programa acarretará o aumento da renda dessas comunidades que se baseiam nessa diversidade, como também possibilitará mais atenção na proteção das florestas e biomas.

Entende-se, portanto, que na agricultura rural familiar há uma ligação particular em relação à terra, local de trabalho, família e moradia. Apesar de relevante não apenas para economia nacional, como também para a produção e distribuição de alimentos, o setor enfrenta dificuldades desde sua concepção. Para além dos pontos expostos acima, pode-se mencionar também a importância deste modelo de trabalho tão particular para a trabalhadora e trabalhador rural familiar conforme será abordado no decorrer do presente trabalho.

3. METODOLOGIA

Nesta etapa, serão apontados os métodos e as ferramentas aplicadas para a efetivação desta pesquisa. Sendo dividida em cinco seções, em que a primeira abordará o tipo de pesquisa; a segunda seção retrata os participantes; já a terceira, apresentará os métodos de coleta de dados; a quarta discorre sobre as categorias de análise; finalizando com a quinta seção, no qual serão trazidos os procedimentos de análise dos dados. A pesquisa passou pela avaliação do comitê de ética, sendo seu CAAE: 30732220.3.0000.5013.

3.1. Tipo de Pesquisa

Quanto aos fins, se trata de uma pesquisa de natureza exploratória, que é definida por Gil (2008) como responsável por oferecer uma visão geral sobre um fato determinado. Prefere-se optar por uma pesquisa exploratória quando o tema eleito é pouco investigado e assim, difícil de levantar hipóteses, sendo sua finalidade fundamental para o desenvolvimento, o esclarecimento e a modificação de conceitos para estudos posteriores, aspirando a concepção de problemas mais precisos ou hipóteses.

De acordo com Vergara (1998, p. 45), “uma pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”. No presente trabalho, adota-se a pesquisa exploratória com o intuito de realizar descobertas quanto ao sentido atribuído ao trabalho pelo agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano, tendo em vista o pequeno número de estudos na área.

Quanto aos meios de abordagem, será uma pesquisa de campo, que é vista por Vergara (1998, p. 45) como “uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo [...]”. Por outro lado, Gil (2008) afirma que em um estudo de campo, busca-se conhecer muito além do que distribuição das características da população conforme variáveis definidas. Com isso, pode haver maior flexibilidade em seu planejamento. Para Marconi e Lakatos (2010), em uma pesquisa de campo, o objetivo é obter dados sobre um problema na direção de se buscar uma resposta ou até mesmo uma hipótese. Dessa forma, a pesquisa de campo se faz necessária porque os fatos

foram observados e os dados capturados no local em que ocorreu, ou seja, junto a agricultoras e agricultores rurais familiares, seja no meio rural, em feiras ou cooperativas.

Quanto à perspectiva epistemológica, adotou-se a qualitativa. Alyrio (2009) define-a como método de estudo de um objeto, procurando esclarecer definições do seu significado. Com isso, é levado em consideração a totalidade e não apenas dados, fatos ou referências isoladas. Nesse sentido:

A pesquisa qualitativa pode apresentar as seguintes características: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Dessa forma, a presente pesquisa enquadra-se enquanto qualitativa, pois, buscou-se descrever, compreender e explicar o que é o sentido do trabalho na visão do agricultor rural familiar, como também preservar e respeitar a interação entre os objetivos de estudo e o contexto em que se está inserido.

3.2. Participantes

A escolha dos participantes foi aleatória, não probabilística e por acessibilidade, ou seja, respondentes voluntários distantes de qualquer método ou procedimento estatístico. A pesquisa se caracteriza pela tipicidade com o espaço e atores pesquisados, ou seja, o meio rural e trabalhadoras e trabalhadores que se caracterizam como agricultura rural familiar provenientes de assentamentos rurais no Estado de Alagoas.

De acordo com Vergara (1998) na escolha dos participantes por acessibilidade considera-se a facilidade de acesso a eles, sem a necessidade de qualquer procedimento estatístico. Enquanto a tipicidade é a escolha de respondente em que se considere representativos da população-alvo, ou seja, pessoas que possuam legitimidade, para isso se requisita um profundo conhecimento dessa população.

Pode-se observar, de acordo com o Quadro 5, que os respondentes da pesquisa possuem gêneros e faixa etária diversificados, entretanto quando observamos a faixa de renda, nota-se mais homogeneidade de renda.

Quadro 3 - Caracterização dos Participantes

Respondente	1	2	3	4	5	6
Faixa Etária	de 26 a 35	de 46 a 50	de 36 a 45	+ 50	de 46 a 50	de 36 a 45
Gênero	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Faixa de Renda	entre 1 e 2 salários mínimos	entre 1 e 2 salários mínimos	até 1 salário mínimo	entre 1 e 2 salários mínimos	entre 1 e 2 salários mínimos	até 1 salário mínimo

Fonte: elaborado pela autora

3.3. Métodos de Coleta de Dados

Na presente investigação adotou-se a observação simples e a entrevista individual como métodos de coleta de dados.

Para Marconi e Lakatos (2010), definem que o objetivo de uma entrevista é captar informações no tocante a determinado tema, por intermédio de uma conversação de caráter profissional. Sendo a entrevista semi estruturada aquela no qual o entrevistador tem a possibilidade de explorar mais amplamente uma questão, por existir certa autonomia para desenvolver a entrevista em qualquer direção que considere adequada.

O emprego das entrevistas possui vantagens como: a oportunidade de se captar informações mais precisas; alcançar dados que não se encontram em fontes documentais e que são relevantes e significativos; versatilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, ou reformulá-las com o objetivo de ser compreendido; e ser utilizada com todos os segmentos da população, ou seja, inclusivas e democráticas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

As entrevistas precisaram ser realizadas de forma remota em virtude do atual cenário devido à pandemia da COVID-19, com isso havendo a necessidade de manter distanciamento social e respeitando aos Decretos Estaduais nº 69.529 e 69.530, ambos de 18 de março de

2020 e o Decreto Estadual Nº 69.541, de 19 de março de 2020. As entrevistas foram realizadas entre os dias 13 de julho de 2020 e 24 de julho de 2020, por meio de ligações telefônicas ou videochamadas através da plataforma Hangouts. Tais ferramentas foram escolhidas devido à falta de sinal telefônico ou de internet de alguns dos entrevistados. No total foram realizadas 6 (seis) entrevistas, em que foram gravadas e posteriormente transcritas para que a realização da análise fosse possível.

Fez-se necessária também a utilização da observação simples, por meio de um diário de campo, em que se busca manter um certo distanciamento enquanto apenas um espectador não interativo. Ao longo da 20ª Feira da Reforma Agrária organizada pelo MST, que ocorreu entre os dias 4 e 7 de setembro de 2019 e da 19ª Feira Agrária, promovida pelo Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST) entre os dias 19 e 22 de dezembro de 2019, ambas na praça da Faculdade, na cidade de Maceió, Alagoas. Onde foi possível ter um primeiro contato com produtoras e produtores rurais familiares. Durante as feiras, foi possível fazer observações passivas, anotações e captar os primeiros contatos com agricultores que foram importantes para as demais fases da pesquisa.

O quadro 03 apresenta de forma sumarizada as técnicas de coleta de dados empregadas para o alcance dos objetivos específicos propostos para a presente pesquisa.

Quadro 4 - Técnicas de Coleta de Dados Empregadas para Alcançar Objetivos Específicos

Técnica de coleta de dados	Objetivos específicos
Entrevista semiestruturada	Identificar os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar; Descrever como se dá a organização do trabalho; Descrever os fatores que dão sentido ao trabalho desenvolvido pelo agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano.
Observação simples	Identificar os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar; Descrever como se dá a organização do trabalho.

Fonte: elaborado pela autora

3.4. Categorias de Análise

A análise dos dados coletados se deu a partir de três categorias, *definidas a priori* e elaboradas a partir da fundamentação teórica adotada, conforme pode-se observar no quadro 5.

Quadro 5 - Categorias de análise definidas a priori

Categoria	Definição conceitual	Definição operacional	Objetivo Específico
Características do sentido do trabalho, segundo Morin (2001)	Essas características permitem que o trabalho proporcione maior relacionamento entre as pessoas, possuam um sentimento de vinculação e viabilizem um objetivo de vida.	<ul style="list-style-type: none"> - Feito de maneira eficiente e gera resultados; - Intrinsecamente satisfatório; - Moralmente aceitável; - Fonte de experiências de relações humanas satisfatórias; - Garante a segurança e a autonomia; - Mantém ocupado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os fatores influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar; - Descrever o que é o trabalho para o agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano.
Dimensões de um trabalho com sentido, com base em Sachuk e Araújo (2007)	As dimensões sociais, individuais e organizacionais buscam estimar as possibilidades de um trabalho com sentido.	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão Social: contribuição para a sociedade, geração de riqueza, estar inserido em um grupo, ter uma ocupação e referência familiar; - Dimensão Individual: vínculos sociais, referência familiar, situação familiar, histórico de carreira, satisfação pessoal, identificação com a ocupação, realização pessoal e segurança financeira; - Dimensão Organizacional: pertencimento e contribuir em um grupo, referências sociais, contribuição para a sociedade e contribuição familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os fatores influenciam a construção do sentido do trabalho para o agricultor rural familiar; - Descrever o que é o trabalho para o agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano.
	O modelo permite: melhorar e/ou inovar os produtos e métodos; aumentar a flexibilidade funcional; aumentar as oportunidades para o controle de qualidade;	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptabilidade ao meio: pouca formalidade de atividades; - As atividades são gerais e por vezes sobrepostas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever como se dá a organização do trabalho.

<p>Modelo de organização flexível do trabalho, segundo Kovács (1993)</p>	<p>aumentar as oportunidades para a manutenção preventiva; identificar e resolver rapidamente problemas imprevistos; reduzir os tempos mortos e tempos de operação permitindo uma maior fluidez da produção; reduzir a mão-de-obra indireta; aumentar a satisfação no trabalho e a motivação; melhorar o relacionamento entre a direção e os trabalhadores; melhorar as competências técnicas e sociais dos indivíduos e das equipes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A existência de uma estrutura em rede quanto a natureza do sistema de gestão; - A utilização de diversos meios de coordenação; autoridade é dispersa e múltipla; - É baseado no conhecimento e/ou na especialidade; a responsabilidade é partilhada por diversos participantes; - As funções são gerais, dinâmicas e dependentes das circunstâncias; a interação influência são feitas aos vários níveis hierárquicos; - Existe pouca formalização das regras e procedimentos; - Existe uma menor diferença entre níveis hierárquicos e de poder; o planejamento é flexível e geral; - A tomada de decisão está descentralizada e é participativa e existe uma adaptação contínua a novas situações. 	
--	---	--	--

Fonte: elaborada pela autora, com base na fundamentação teórica.

3.5. Procedimentos de Análise

O conteúdo obtido através dos métodos eleitos foi categorizado com o objetivo de agrupá-los com base em características em comum. Realizou-se a interpretação dos dados levando em consideração o objetivo da pesquisa, a conjuntura socioeconômica, costumes e condutas do grupo.

Como também foi adotada uma análise de conteúdo com os dados levantados ao longo das entrevistas e observações simples, juntamente com as categorias de análises definidas nesta metodologia.

4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas as discussões dos dados referentes aos objetivos específicos definidos para a pesquisa. Mas antes de entrar propriamente nesta discussão, será retratado um contexto da agricultura familiar no contexto alagoano. Posteriormente, será identificado quais são os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho. Como também uma descrição de como se dá a organização do trabalho, seguido da descrição dos fatores que dão sentido para o trabalho desenvolvido pelo agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano.

4.1 Agricultura Familiar em Alagoas

De acordo com o site da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (2019):

[...] a agricultura de base familiar tem a capacidade de resposta imediata na produção de alimentos, na ocupação da mão de obra rural, na geração de riqueza e distribuição da renda no campo, incorporando práticas ambientais em direção a uma agricultura sustentável. A característica central da agropecuária alagoana é sua antiga e reafirmada concentração fundiária. Com suas raízes históricas conhecidas, essa estrutura agrária permanece como um dos elementos que impedem muitas das possibilidades de modernização do campo (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA DE ALAGOAS, 2019).

Quando se fala sobre produção familiar em Alagoas, Veras (2011) destaca os impasses historicamente encontrados por este setor. Que sucede, muitas vezes, na baixa produtividade do produtor familiar alagoano por seu desenvolvimento nos contornos da produção sucroalcooleira.

De acordo com o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas – Emater/AL, a Agricultura Familiar exerce papel fundamental na economia brasileira e em Alagoas representa 72% da mão de obra ocupada no meio rural. Conforme estabelece a Lei 11.326/2006, agricultor familiar é aquele que dirige seu estabelecimento com sua família, utilizando sua própria mão-de-obra, e que sua renda predominante seja originada de atividades econômicas vinculadas ao empreendimento familiar.

Segundo dados da Emater/AL, a agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores, sendo estabelecido que eles não disponham de uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o nordeste e o norte são as regiões do país que mais possuem estabelecimentos da agricultura familiar. Sendo Pernambuco e o Acre, possuidores das maiores proporções de área ocupada pela agricultura de caráter familiar. Em Alagoas são aproximadamente 82.3 mil estabelecimentos ocupados por camponeses, assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas e agricultores tradicionais. Esses estabelecimentos estão concentrados em sua maior parte do agreste e sertão alagoano. Enquanto a área ocupada pela agricultura familiar é de 551.034 hectares, a área voltada a estabelecimentos rurais não familiares é cerca de 1.085,678 hectares.

Conforme o site da Emater, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais adotam os princípios da descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero; geração e etnia; e a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Para executar esses princípios as instituições de pesquisa e extensão rural são fundamentais. O Governo de Alagoas reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento no meio rural com a criação da Emater/AL em dezembro de 2011.

Em termos da localização, Guilhoto et al. (2007) acreditam que quando se fala a respeito da agricultura rural familiar, esta parcela tem características regionais bem demarcadas. Nas regiões do Norte, Sul e Nordeste o agronegócio familiar tem expressiva colaboração no PIB do agronegócio. Por outro lado, no Centro-Oeste e Sudeste, sua participação é bem inferior.

Os autores Guilhoto et al. (2007) afirmam que a região Norte, onde agora se encontra a fronteira de expansão agrícola, tem grande participação do familiar, mas o montante do próprio agronegócio total é baixo se comparado com o de outras regiões. As propriedades familiares do Norte e do Nordeste são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura atrasada e de subsistência, ainda mantida pela saturação e o desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) aproximadamente 90% dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas são formados por propriedades da agricultura familiar. Essas possuem maiores dificuldades na obtenção de financiamento e assistência técnica que a agricultura de caráter não familiar que têm um

tamanho médio de 123 hectares, ocupando cerca de 32% das terras agrícolas do Estado e produzindo aproximadamente 24% dos produtos do campo. A média de hectares das propriedades da agricultura familiar em Alagoas é de 6,1, sendo assim, a menor média do Nordeste.

Segundo o site da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (2019), destaca-se a relevância de uma sólida intervenção pública em Alagoas, primordialmente aos atores que compõem a agricultura rural de base familiar, sendo eles 90,6% das unidades agropecuárias do estado.

Por outro lado, no tocante a produção familiar alagoana, Veras (2011) resalta os problemas históricos enfrentados por este segmento. O crescimento às margens da produção sucroalcooleira e, em muitos casos, as terras consideradas inapropriadas para o desenvolvimento da agropecuária, resultam em uma baixa produtividade do produtor familiar alagoano.

A agricultura familiar também é responsável por 72,2% do emprego da mão de obra rural em Alagoas. Segundo IBGE (2012) apontam nestes estabelecimentos, 24,3% da força de trabalho é composta por mulheres, diferentemente das unidades não familiares, que comportam apenas 3,5% de mulheres trabalhadoras. Por conseguinte, a agricultura familiar demanda uma presença mais forte do setor público para atender suas necessidades de políticas sociais de educação e saúde, assim como apoio direto na assistência técnica, financiamento e comercialização.

Consoante IBGE (2012) a concentração dos ativos no campo principalmente a terra, aliada à precariedade da condição do produtor de terra insuficiente ou relação incompleta com a propriedade se soma aos indicadores de desenvolvimento humano que lhes são diretamente relacionados. A educação no campo, tanto a escola tradicional como a de formação técnica, sempre existiu em escala reduzida e foi um privilégio para os estratos com renda mais alta.

No entanto, dados do IBGE (2012) evidenciam que a evolução do sistema de ensino nos últimos anos, principalmente nas duas últimas décadas, vem, lentamente, mudando o antigo perfil no campo alagoano. Apesar do predomínio do analfabetismo e da população sem instrução formal que sabe ler ou escrever no universo dos responsáveis pelos estabelecimentos, vem crescendo o grau de escolaridade na área rural. O número de pessoas com 1º grau (fundamental) incompleto cresceu, aliado ao número de agricultores com o 1º grau (fundamental) completo, nível médio (ou técnico) e superior, perfazendo um total de 37% dessa população que frequentou ou frequenta a escola em seus vários níveis. No entanto,

para as exigências atuais, esse padrão permanece distante do que seria necessário para acompanhar o complexo de informações sejam técnicas, comerciais, legais, dentre outros, relacionadas à agricultura e ao mundo rural.

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MDA (2015) a assistência técnica e a extensão rural pública são necessárias para que Alagoas modernize seus processos produtivos, aumente sua produção e produtividade, alcançando patamares médios compatíveis com as exigências atuais financeiras e de qualidade de vida dos seus próprios agricultores, e dos consumidores finais dessa produção. Esse processo de modernização somente pode ocorrer com a presença efetiva da orientação técnica e da extensão rural na maioria dos estabelecimentos rurais alagoanos. Contudo existe uma baixa cobertura dos produtores familiares de Alagoas.

4.2 O que é o trabalho para o agricultor rural familiar alagoano

Os trechos das entrevistas a seguir revelam concordância com as seis características do sentido do trabalho apresentadas por Morin (2001), sendo a primeira descrita como **uma atividade desempenhada de uma maneira eficiente e que promove resultados**, ou seja, agrega valor a algo ou alguém. Tal como foi salientada pelos entrevistados 2 e 6, respectivamente:

Trabalho é ter alimentos, né, disponível para as pessoas que queiram comprar diretamente do agricultor. (E2)

A gente sempre diz o seguinte: "se o campo não plantar né, a cidade não janta". Então foi dada essa missão para que a gente possa trabalhar a terra, transformar a semente em fruto, né. Então produzir alimento para que as pessoas tanto do campo como da cidade venha a se alimentar. Agora para mim hoje que sou assentada da reforma agrária tem uma luta, tem uma história de luta na conquista da terra e também hoje trabalho de domingo a domingo, todos os dias o dia todo [...].(E6)

Outra característica com indícios encontrados nos relatos revela que **o trabalho seja intrinsecamente satisfatório e moralmente aceitável**, isto significa que essa particularidade está associada a sensação de prazer e realização que são alcançados ao efetuar uma atividade, podendo ser identificada na fala dos entrevistados 2 e 3, na devida ordem:

Olha, representa uma estrutura que você tem que ter, né. Pra manter a tua família, né. Aqui é eu, minhas esposa e meu menino, eu acho que o trabalho representa isso. E também representa o prazer do que eu faço. Que é plantar, produzir o próprio alimento. O trabalho hoje me dá alegria. Eu já vim de outra área né, mas hoje a agricultura me traz alegria. (E2)

Além de precisão, pra mim é... se torna uma terapia, eu gosto. Eu me sinto feliz, fazendo o que eu faço. A terra é a minha paixão, né. [...] Ah, o trabalho é muito importante porque como eu acabei de falar é prazeroso, é saudável, eu acho. Até a gente trabalha pra ele ser saudável e prazeroso. Até certo ponto, se o cara não se esforçar demais, se estressar demais, quando cansar a gente para e vai pra um descanso. Pra mim o trabalho é importante demais, entendeu?! (E3)

Mais uma característica que emergiu nos dados se refere ao trabalho como **uma atividade moralmente aceitável**, ou seja, uma ocupação desenvolvida de forma socialmente responsável. Tal atributo foi salientado pelos entrevistados 3 e 4, nos seguintes trechos:

Eu tô fazendo 9 anos, eu cheguei a trabalhar como agricultor em 2011, né. Vai fazer 9 anos. Antes eu trabalhava na construção civil, né, mas aí eu vi como eu era daqui dessa região, eu via a necessidade de produzir seu próprio alimento. De eu criar o alimento, podemos dizer assim. A agricultura familiar hoje é um ponto forte de produzir, para falar a verdade. É por que a mídia não mostra, mas a agricultura familiar hoje tá sendo um ponto positivo na questão de produzir alimentos para a humanidade. No decorrer da minha vida, da minha adolescência eu trabalhava já na área do campo, né. Eu e meu pai a gente trabalhava no canavial, cortava cana. (E3)

Tudo que a gente faz, que dá um pouco de si é trabalho, né. Eu me sinto muito feliz com o que eu faço. É tão bom você ver produção agroecológica, orgânica, camponesa. E você saber que vai alimentar alguém, porque alimento é vida. Ninguém vive sem se alimentar e você também tem o que comer hoje [...]. (E4)

Um quarto atributo mencionado pelos entrevistados reflete o trabalho como **origem de experiências de relações humanas satisfatórias**, ou seja, uma atividade que propõe interação entre as pessoas. Pode-se identificar também esse fator no relato do seguinte entrevistado:

O conhecimento, o agradecimento que eu vejo dos clientes. As próprias instituições as vezes quando ela destina algum projeto e você executa, né. [...] E depois que eu passei a participar dessas capacitações, eu comecei plantando do jeito que eu antes quando eu cheguei em 2011 eu não tinha essa noção, né de por onde eu ia começar, né. Aí eu sai plantando e fiz no sítio aqui do meu jeito, entendeu. [...] Aí depois das capacitações com os técnicos aí eu comecei a ter eu comecei a usufruir do que eu plantava. Eu comecei a plantar batata, o abacaxi também, hoje eu sou conhecido como um dos 'plantador' de abacaxi, aqui tenho 5000 pés de abacaxi orgânico, né. Eu fui

convidado a ir agora pra ir no final do ano de 2019 a ir a Brasília com a Invest né e foi bem legal. Lá foi uma reunião com empresários, só tinha eu como agricultor falando sobre esse trabalho. Ai pra mim foi um marco na minha história, né. Então, aí eu comecei a ter mais um lucro maior, porque eu to plantando justamente já com um pensamento de que eu tô fazendo certo, né. Com a orientação do pessoal, hoje eu tô realizado. O que eu planto hoje no meu solo, eu to cuidando dele e ta me dando retorno graças a Deus e eu tô me sentindo realizado como agricultor. (E2)

O fato de um trabalho que **possui sentido ser garantidor de segurança e autonomia**, ou melhor, assegurar fornecer as necessidades de base, sentimento de segurança, autonomia e independência foi identificado na fala do entrevistado 5 no seguinte trecho:

O trabalho representa na minha vida autonomia. Porque quando nós mulheres camponesas não tínhamos as feiras, né, as feiras agroecológicas, as feiras camponesas. Nós mulheres, não tínhamos renda, dependia do marido, se ele quisesse comprar. Por exemplo, muitas gostavam de um batom, aí o marido dizia “não, não é para comprar”, eles diziam que não pra gente. E a gente trabalhando, a gente criou autonomia e o dinheiro vem para nós. E a gente sabe gerir, a gente sabe. E com o trabalho, a mulher cria autonomia, ela sabe com o que vai gastar. Às vezes a gente precisava de coisas que o marido dizia não e pronto. (E5)

Por fim, o fator que considera o **trabalho com sentido aquele que nos mantém ocupados**, ou seja, com a existência de uma rotina com horários, atividades programadas, início e fim. Essa característica mostrou-se presente no relato de todos os entrevistados, sendo identificadas diferenças entre as rotinas entre os entrevistados do gênero masculino e gênero feminino, pois as mulheres, além das atividades no campo, acumulam as atividades domésticas.

Você sabe que mulher ela trabalha muito muito muito mas eu boto é muito muito pra não dizer a porcentagem. Olha, a gente já levanta trabalhando logo cedo. Tem que fazer o café né, a gente tem que cuidar dos filhos, ver os animais como é que tá. Então assim, a nossa luta diária, eu não falo nem que é minha, mas de todos nós aqui em casa, por que todos trabalham. É uma luta incansável, mas que engrandece. Quando a gente trabalha, quando a gente tem o nosso dinheirinho para comprar outras coisas. E o nosso alimento, mas a gente sabe que foi com esforço do nosso trabalho né, da nossa luta. E assim, nosso dia a dia é isso! É acordar 4:30, 5:00 no máximo. Agora eu to acordando um pouco mais tarde, porque eu to ficando velha e aí eu to cansando, todo mundo cansa. Às vezes eu me acordo 5:30 aí o café já tem que tá pronto. Aí meu esposo as vezes vai para roça, enquanto tô ajeitando o café. Tem vez que ele levanta pra fazer o café. Às vezes eu levanto e ele já tem feito o café. O meu filho vai cuidar dos animais e depois vai pra roça. [...]Muita gente diz assim “a mulher não trabalha” a mulher trabalha o dobro, o triplo o quádruplo, o cêntuplo olha eu nem sei dizer, do

que o homem. Eu sempre colho, né, vou colher as coisas, ajudar pra feira que a gente vai. A gente vai arrancar, lavar, vai arrumar e ele vai plantar, né, ele e meu filho. Aqui é meu marido, eu, um rapaz, né e um menino especial. Eu não tenho mais família, mas aí é isso. A nossa vida é diária. 11 horas já tem que ter o que comer, porque aqui a gente almoça cedo. Às vezes a gente almoça de 11 e dá um pingo de descanso, mas não é um descanso assim. E volta de novo pra roça, às vezes 6:00 horas 6:30 a gente ainda tá na roça. Então a nossa luta é essa é diária. Mas se você vinher aqui no meu pedacinho de terra você vai ver que ele tá cheio de cima a baixo, de tudo tem um pouquinho. (E4)

[...]A gente trabalha não só lá na roça, a gente trabalha em casa. Hoje o trabalho é dividido, certo. O meu esposo já faz um café e eu lavo a louça. Eu lavo a roupa e ele me ajuda a estender no arame, né. E assim todos contribuem um com o outro, mas aqui também no assentamento mudou um pouco, todas as mulheres com o movimento. Os homens começam a ajudar, mas antigamente não era assim. A gente trabalhava na roça e ainda trabalhava sozinha em casa, cuidava dos filhos, fazia o café. E quando a gente vinha da roça a gente tava morta mas não podia dizer nada. Porque a gente não conhecia as leis que nos protegiam. Muitos me culpam porque muitas mulheres se libertaram, até porque quando eles falavam, as mulheres se calavam. Mas hoje não é por aí não, nós temos os mesmos direitos. [...] Antes elas iam pra feira, vendiam e o marido tomava o dinheiro. Hoje isso mudou. (E5)

Ao longo dos relatos identifica-se a contemplação de algumas características das dimensões sociais e individuais, como a satisfação e realização pessoal, ter uma ocupação e a geração de riqueza. Como pode-se observar nos trechos abaixo:

Como camponesa, né, o trabalho que a gente sempre trabalhou desde criança. Com a minha idade dá para observar que aqui na nossa época as crianças trabalhavam na roça. [...] Mas hoje eu vejo o trabalho como dignidade. E nos dar liberdade, por que com isso você cria autoestima, se eleva. (E5)

O trabalho é importante na minha vida para que eu possa me organizar dentro do meu lote. Participando e desenvolvendo as minhas ideias, os meus sonhos, as minhas conquistas. Tudo vai depender do trabalho [...]. (E6)

É essencial, né. É tudo, né. Sem trabalho, acho que o mundo não gira, o mundo para sem o trabalho. Então o trabalho é fundamental. Talvez a palavra seja essa é essencial e fundamental. (E1)

Além de precisão, pra mim se torna uma terapia, eu gosto. Eu me sinto feliz, fazendo o que eu faço. (E3)

O trabalho dignifica, então me faz digna. E quando você trabalha você consegue sonhar, ter novos horizontes. (E5)

Já em relação às características do sentido do trabalho apresentadas por Morin (2001), encontram-se particularidades como: ser uma atividade intrinsecamente satisfatória, ou seja, proporciona sentimentos de prazer e de realização e ser uma atividade que garante segurança, autonomia e está associado à noção de emprego, isto é, provê sentimentos de segurança e possibilita ser autônomo e independente. Tais fatores ficam evidenciados pela existência de uma perspectiva de realização de sonhos, autonomia e liberdade, como também a geração de sentimentos como a felicidade associada ao trabalho.

Além disso, os dados evidenciaram que os sentidos atribuídos ao trabalho são uma construção social, em que se deve levar em consideração fatores individuais e coletivos como o momento histórico, a cultura, entre outros fatores. Sachuk e Araújo (2007) afirmam que o sentido do trabalho é oriundo de uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de se relacionar e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte.

Observou-se também que para as agricultoras e agricultores familiares entrevistados, trabalho é contribuição para a sociedade, é estar inserido e ter vínculo com um grupo, como também contribuir para este; essas são dimensões sociais, individuais e organizacionais de um trabalho com sentido:

[...] hoje eu participo de algumas instituições, por exemplo uma cooperativa Ecoforte que a gente tá trabalhando pra pegar o selo orgânico [...]. Já temos um grupo aqui na zona da mata, agreste e sertão então isso no decorrer dos arredores, faz sentido você trabalhar. E eu vejo é eu seguindo um rumo pra deixar um legado para o meu filho, até porque as coisas estão se encaminhando cada vez mais. Eu vejo meu ponto de vista melhorando para aquele agricultor principalmente que trabalha e também tem o seu tempo para ir para capacitações, que é o meu caso. (E2)

É claro, todo o sentido do mundo. O que eu faço, hoje muita coisa depende desse meu trabalho.[...] eu sou produtora orgânica, eu produzo alimento saudável para que o povo da cidade coma. Isso com muito carinho, com muito cuidado, com muito tudo. Eu sou produtora agroflorestal, que produz num espaço com diversidade extrema. Eu tô contribuindo para que aqui tenha pássaro, aqui tenha bicho, aqui tenha outros insetos. O trabalho que eu faço de preservação das nascentes vai contribuir para que esse passarinho sempre venha até a água. O trabalho que eu faço depende do futuro dos meus filhos, dos meus netos, da minha família como todo. E o trabalho que eu faço tem que servir de exemplo para outros agricultores. Então o meu trabalho é fundamental, para que cada árvore que eu planto é fundamental para que outras vidas a partir dali permaneçam. (E6)

Eu me sinto muito feliz com o que eu faço. É tão bom você ver produção agroecológica, orgânica, camponesa. E você saber que vai alimentar alguém,

porque alimento é vida. Ninguém vive sem se alimentar e você também tem o que comer hoje. (E5)

Sobre as características do sentido do trabalho apresentadas por Morin (2001), é um trabalho moralmente aceitável, em outras palavras, é uma atividade que se inscreve no desenvolvimento de uma sociedade e ser feito de maneira socialmente responsável, o trabalho é fonte de experiências de relações humanas satisfatórias, ou seja, coloca as pessoas em interação umas com as outras, como relatado logo acima.

Os dados demonstram também que nas dimensões sociais, individuais e organizacionais, observa-se a presença de características como ter uma ocupação, a situação familiar, a satisfação pessoal, o pertencimento e a contribuição para um grupo, as referências sociais, a contribuição para a sociedade e a contribuição familiar. Como será possível observar nos trechos abaixo:

Assim, eu acho que uma definição para trabalho talvez seja assim, algo necessário de ser feito. Acho que tudo o que necessita de se fazer, pode ser considerado um trabalho. Tipo capinar o mato, como varrer uma casa também, faxina. [...] Um conceito que a gente pode dar é que se foi necessário fazer é um trabalho. Tipo, desde eu ir para o roçado pra capinar um mato, como também varrer uma casa, se há aquela necessidade de ser feita é um trabalho. Então, tudo que se necessita fazer eu considero como um trabalho. (E1)

Olha, trabalho é tudo aquilo que requer esforço. Vamos dizer, você vai varrer uma casa é um trabalho, porque muitos acham que é só ajuda. Não, se eu não faço e encontro pronto, alguém trabalhou por mim, nada é de graça, né. Então, roupa lavada? A gente vai para o rio lavar roupa, então quem encontra aquela roupinha lavada é porque alguém lavou por ele [...].(E5)

Pra mim tudo o que seu corpo se movimenta e faz alguma atividade, onde essa atividade te proporciona resultados seja ele intelectual, seja ele na prática é trabalho. Tipo, se você vai cortar um cacho de banana, vou dar um exemplo na relação da agricultura. Tô ali de boa, tô com facão na mão e encontrei um cacho de banana maduro, eu vou cortar aquele cacho de banana, é trabalho! (E6)

Os dados encontrados parecem alinhar-se a Morin (2001) ao referir que características do sentido do trabalho são: ser feito de maneira eficiente e produz resultados, dessa forma agrega valor a alguma coisa e ser intrinsecamente satisfatória, ou seja, o prazer e o sentimento de realização que podem ser obtidos na execução de tarefas dão um sentido ao trabalho.

Importa pontuar que para as agricultoras e agricultores rurais familiares alagoanos, o trabalho não contempla apenas a geração de renda direta ou até mesmo está associado

somente a emprego, mas também atividades que gerem contribuições individuais e/ou coletivos, demandando tempo e esforço de quem executa. Para Morin (2001) o trabalho não está necessariamente relacionado a trocas de natureza econômica, podendo ser agradável ou desagradável, mas também pode ser exercido dentro de um emprego.

4.3 Identificação dos fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho

Ao longo da fala dos entrevistados, pode-se perceber a influência familiar nas relações de trabalho. Como também, o sentimento de realização ao executar atividades em que os resultados são visíveis e tangíveis.

Constata-se ainda que existe um senso de responsabilidade social no trabalho rural familiar, tanto em relação à produção e distribuição de alimentos, como pelo impacto positivo dessa atividade para o meio ambiente. Seja por meio preservação, manutenção ou até mesmo o uso sustentável de recursos naturais, conforme relatado no trecho abaixo:

[...]eu moro hoje no local onde anterior a isso era uma terra degradada, era uma terra de mais de 50 anos de cana da monocultura. Uma terra onde foi envenenada, onde foi queimada, onde foram escravizados muitos dos meus irmãos, e até mesmo eu já trabalhei nessa terra como cortadora de cana. E hoje poder ver uma árvore crescer, plantada com meu suor, poder hoje levar alimento para cidade que foi plantado com o meu suor, isso me engrandece do ponto de vista de que acredito nessa agricultura que faz, que é uma agricultura agroecológica, que é uma agricultura no sistema agroflorestal, orgânica. Então esse trabalho ele representa muito, porque a terra me retribui em dobro aquilo que eu que eu dou pra ela. (E6)

A partir dos dados coletados nas entrevistas, é possível afirmar que, quanto aos fatores que dão sentido ao trabalho, identificou-se a contribuição para a sociedade, geração de riqueza, estar inserido em um grupo, ter uma ocupação e referência familiar; na dimensão social: vínculos sociais, referência familiar, situação familiar, histórico de carreira, satisfação pessoal, identificação com a ocupação, realização pessoal e segurança financeira; como também nas dimensões organizacionais: pertencimento e contribuir em um grupo, referências sociais, contribuição para a sociedade e contribuição familiar. Significa dizer que foram contempladas as categorias e dimensões sociais, individuais e organizacionais presentes no quadro 4.

Ainda, conforme salientado abaixo pelo E4, as referências familiares, tanto os ascendentes quanto os descendentes, quanto o fato de morar e trabalhar em um mesmo espaço, fatores fundamentais e presentes na fala dos entrevistados. Com isso destacado, pode-se notar que os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho para os agricultores e agricultoras rurais alagoanos vão além das delimitações das dimensões sociais, individuais e organizacionais categorizadas previamente e apresentadas na metodologia:

Trabalho pra gente, eu falo “a gente” porque eu nunca só me incluo sozinha, né. Por que a agricultura familiar é a família que trabalha, né. Pra gente é tudo porque a gente vive do trabalho né. Sem trabalho a gente não vive. Então o trabalho pra nós é tudo. É de onde se tira alimento, é da onde a gente cuida da gente né, então trabalho para nós é tudo. Sem o trabalho não tem como viver. [...] Pra mim é o paraíso. Morar e trabalhar na roça é isso que a gente sempre diz, mas pra mim aqui é o nosso paraíso. É onde a gente vai viver e deixar para nossos filhos. eu me sinto bem em morar e trabalhar aqui.
(E4)

Importa ainda pontuar que muitos desses fatores são próprios e peculiares de quem trabalha com agricultura rural familiar, tais como a presença da família e a interação com o espaço, já que vivem e trabalham em um mesmo local. Para o MAPA (2016) os trabalhadores rurais familiares dispõem de uma relação única com a terra, já que é seu local de trabalho e domicílio, além da produção ser sua principal fonte de renda.

Com as respostas dos participantes ao questionamento sobre o que é trabalho para eles, foi possível produzir a seguinte nuvem de palavras, exibida na figura 1:

Figura 1- Nuvem de palavras formada a partir da pergunta “o que é trabalho para você?”



Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

Analisando-se a figura 1, é possível afirmar que as palavras mencionadas estão relacionadas com o contexto em que os entrevistados estão inseridos, ou seja, o universo conhecido e vivido por eles, corroborando Costa (2013), segundo o qual o sentido do trabalho pode ser uma reprodução particular ou coletiva da ação de trabalhar, construída através de um processo de entendimento e concepção do sentido, em que as ocorrências vividas são as referências para o trabalhador.

4.4 A Organização do Trabalho

Aqui, a organização do trabalho será analisada com base nas características do **Modelo de Organização Flexível** elaborada por Kovács (1993) e apresentadas no Quadro 4.

No decorrer da fala dos entrevistados, percebeu-se que existe uma rotina de trabalho e esta é organizada em atividades que são coordenadas e estruturadas dentro de uma sequência que pode variar de acordo com fatores externos. Como exemplo, as demandas do mercado e a estação do ano, pois o trabalho e seus resultados estão diretamente ligados a esses fatores e precisam se adequar ao ambiente externo, como ilustra o trecho a seguir:

Minha rotina no período dentro do inverno aqui no período de chuva é bem puxada. Levanto geralmente 4:30 da manhã e 5 horas e vou pra roça. Quando é 7 e pouco, volto, tomo um café. E volto pra roça novamente. vai até 11:00 11:30, quando dá 11:30 volto para almoçar. Volto de 1 hora da tarde. Ai tem dias que ele largou mais cedo 3, 4 às vezes, como hoje trabalhei até 5:30 da tarde. Então assim, a rotina nessa época é bem puxada. Quando não é época de chuva eu trabalho com irrigação também. Ai a rotina muda. às vezes fica mais puxado porque geralmente eu irriço a noite. Tem noite que eu trabalho a noite toda irrigado, em compensação passo o dia dormindo. (E1)

Ao longo do relato do E1, pode-se identificar características como a adaptabilidade ao meio e pouca formalização de atividades, as atividades são gerais e por vezes sobrepostas e a existência de pouca formalização das regras e procedimentos. Devido a necessidade de adequação da rotina em relação às estações do ano, pela tomada de decisão levar em consideração fatores que surgem conforme o aparecimento das necessidades e apesar da existência de uma rotina de trabalho e padronização das atividades, não há estruturas ou modelos formais para sua execução.

Ao explorar em mais detalhes como o trabalho é organizado pelas agricultoras e agricultores, identificou-se características como: a utilização de diversos meios de coordenação, ou seja a autoridade é dispersa e múltipla, a responsabilidade é partilhada por diversos participantes, existe uma menor diferença entre níveis hierárquicos e de poder sendo o planejamento flexível e geral, a tomada de decisão está descentralizada, participativa e existe uma adaptação contínua a novas situações. Nota-se que além das atividades dentro do campo, as mulheres também concentram as atividades domésticas. Porém, a participação masculina em tais atividades já é uma realidade, mesmo que ainda não seja de maneira uniforme, conforme ilustrado pela E5:

A minha rotina de trabalho começa muito cedo aqui a trabalhar, mas logo cedo eu tô em casa. Eu começo às 4 horas, eu chego na roça às 4:20, né. São 20 minutos pra lá pra roça, pro meu roçado. E quando eu chego lá umas 4:20 aí começo a capinar, começo a plantar, começou a podar, né. Quando dá 9 horas eu já tô em casa. Isso no verão, no inverno, aí eu vou mais tarde, porque é muito frio e eu sigo mais ou menos assim. Ai eu vou umas 6:00, 6:30 no roçado e volto às 11 horas. À tarde eu volta lá pras 2:00hs e quando é 4 horas eu to voltando, né. Geralmente eu vou colher a tarde ou então fazer pouquíssimas coisas. Mas geralmente a manhã é o horário assim onde a gente faz mais o serviço pesado. Eu volto para casa, como a maioria das mulheres. A gente trabalha não só lá na roça, a gente trabalha em casa. Hoje o trabalho é dividido, certo. O meu esposo já faz um café e eu lavo a louça. Eu lavo a roupa e ele me ajuda a estender no arame, ne. E assim todos contribuem um com o outro, mas aqui também no assentamento mudou um pouco, todas as mulheres com o movimento. Os homens começam a ajudar, mas antigamente não era assim. A gente trabalhava na roça e ainda

trabalhava sozinha em casa, cuidava dos filhos, fazia o café. E quando a gente vinha da roça a gente tava morta mas não podia dizer nada[...]. Antes elas iam pra feira, vendiam e o marido tomava o dinheiro. Hoje isso mudou. (E5)

Observa-se também que o gerenciamento dos recursos também é uma ferramenta importante e presente na organização do trabalho para as agricultoras e agricultores rurais familiares. Sendo caracterizado, segundo o modelo de organizações flexíveis, pelos seguintes aspectos: adaptabilidade ao meio: pouca formalização de atividades, existência de uma estrutura em rede quanto à natureza do sistema de gestão e existe pouca formalização das regras e procedimentos, esses aspectos podem ser observados nos trechos a seguir:

[...] alguns produtos eu produzo ficam exclusivamente só para o uso da casa. E alguns produtos são exclusivamente para a venda, mas a maioria né, eu tiro uma pequena parte para o consumo porque eu produzo uma quantidade considerável e a outra parte é para revenda. (E1)

Olha, 70% nós comercializamos e o restante fica para o gasto da nossa família. Por exemplo, a abóbora e milho a gente vende e fica uma parte pra gente comer. E também a gente tem as sementes, certo?! Então a gente vende 70%, fica 30%, daí 25% a gente come e 5% são as sementes. Porque nós temos que possuir as nossas próprias sementes. (E5)

Então, né, na agricultura camponesa essa produção é destinada primeiramente para a alimentação da família, temos animais, tem a parte que é para semente e tem a parte que é para comercialização. (E6)

Assim, os dados evidenciaram que a divisão do que é produzido fica a critério dos agricultores e agricultoras, sendo a produção destinada quer seja para consumo da família, insumos para novas produções ou comercialização com o objetivo de gerar renda. Dessa forma, constata-se que os agricultores possuem acesso, posse e decisão sobre o que é produzido. Para Locke (2001), o trabalho desenvolvido por uma pessoa é uma propriedade inquestionável do trabalhador. Então, se um indivíduo atribuiu ao trabalho a conquista dos bens ou, em outras palavras, sempre que se retira um objeto do estado de natureza e a ele acrescentar seu trabalho, tal objeto torna-se sua propriedade. Pode-se aqui dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua.

Em se tratando do modelo de organização flexível de Kovács (1993), os dados coletados permitiram visualizar algumas características do mesmo, quais sejam: ser baseada no conhecimento e/ou na especialidade de cada indivíduo, a responsabilidade é partilhada por

diversos participantes e a tomada de decisão ser descentralizada, participativa e existe uma adaptação contínua a novas situações. A seguir alguns relatos que podem ilustrar essa análise:

[...] Assim, eu aprendi a ir para roça com meus pais, quando eles ia me levavam. E agora tô fazendo mesmo o meu filho, eu tenho um filho que tem 10 anos. Tô na roça e ele sempre tá por lá me ajudando, inclusive ele tá aqui só curiando. Da forma que eu aprendi com meu pai, né, com meus pais eu to ensinando meus filhos. Indo pra roça, quando eu vou pra roça eu chamo eles. Inclusive eles gostam de estar na roça comigo. Não é um trabalho de estar explorando, mas é aprendendo a trabalhar a terra, a trabalhar para produzir nossos alimentos. (E1)

Eu trabalho, o meu menino tem 9 anos só, ele não trabalha. Ele vem comigo só pra pegar aptidão, né. Eu trago assim pra ele olhar, né. Que no meu caso o meu trabalho é praticamente dentro da minha casa, meu sítio. A minha casa fica dentro da minha terra, do meu sítio. Tem a minha esposa, é eu e a minha esposa, a aptidão dela é mais para a colheita, né. Ela não bota a mão na massa assim de “não eu vou pra enxada” também. E é muito serviço, então ela na hora da colheita e pra vender na feira. A gente começa a colher na sexta, sábado a gente tá lavando as batatas e as demais coisas que tem, né. Ela ajuda na colheita também. Pai eu não tenho, né. Meu pai, eu fui criado praticamente sem pai, que meu pai faleceu e eu era o caçula da família e meu pai faleceu com 70 anos. Ai sou eu, a minha esposa e meu filho. (E2)

Então, eu acho que a base familiar é tudo, né, para que você possa construir um projeto de vida. Como as minhas crianças são pequenas, dão mais trabalho do que contribuição, mas por exemplo, o que tem 8 anos já me ajuda. Ai o termo ajudar cabe mais, né, para as crianças, por que elas ainda não estão responsáveis pra fazer as coisas por responsabilidade. [...]Minha mãe já é idosa, então contribui com a questão da casa, né. Ela mora aqui com a gente, então ela já nos ajuda. Então tem um processo assim de contribuição de ambas as partes. Agora cada qual com as suas limitações. Mas de fato quem faz agricultura sou eu, que penso, que faço, colho, planto. É porque cada um tem suas limitações e tem alguns que não podem mais fazer a tarefa da agricultura. Mas sem essas pessoas eu acho que eu não conseguiria também ir tão longe, né. (E6)

Com isso, nota-se que influência familiar vai além de ser um fator para a construção do sentido do trabalho e impacta diretamente na forma em que o trabalho se organiza, seja por meio de referências, geralmente ocasionada pelos ascendentes, ou seja, pai e mãe, ou até mesmo como transferência de conhecimento e motivação, comumente estimulado aos descendentes. Com isso disposto, constata-se que a configuração formatada da organização de trabalho percebida impacta no valor atribuído ao trabalho. Nessa perspectiva, Silva e Marques (2013) esclarecem que os novos modelos de organização de trabalho têm como denominador comum o trabalho coletivo e têm por base a influência da abordagem humanista, que introduziu fatores relacionados com os indivíduos, nomeadamente as suas necessidades de desenvolvimento, a motivação e o enriquecimento de tarefas.

Adaptabilidade ao meio, ser baseado no conhecimento e/ou na especialidade e possuir a responsabilidade partilhada por diversos participantes são características presentes na organização do trabalho para os entrevistados, sendo a participação em capacitações técnicas relevantes para que tais fatores tenham sentido. Em que 5 dos 6 entrevistados participaram de capacitações técnicas e relataram que houve mudanças em suas rotinas de trabalho no decorrer ou após as capacitações:

Sim, eu já fiz um curso de técnico em agroecologia em Pernambuco e mudou muita coisa, né. Principalmente porque o modo que eu trabalhava, né tentando imitar muito o agronegócio e hoje em dia tento trabalhar de forma diferente. Trabalhar como meu pai, na verdade eu desconstruir um pouco da forma que meu pai trabalhava, pra tentar imitar meio o agronegócio, né. Usando muito químico, muita coisa. E a partir desse curso eu vi que não era vantajoso para mim como realmente não é. Teve uma mudança grande depois que eu fiz esse curso. Foi muito importante esse conhecimento técnico que eu tive, o curso. (E1)

[...]E depois que eu passei a participar dessas capacitações, eu comecei plantando do jeito que eu antes quando eu cheguei em 2011. Eu não tinha essa noção, né, de por onde eu ia começar, né. Ai eu sai plantando e fiz no sítio aqui do meu jeito, entendeu. Ai tem parte aqui que fechou, eu to até pensando em tirar algumas. Ai depois das capacitações com os técnicos aí eu comecei a ter eu comecei a usufruir do que eu plantava. [...]Então, aí eu comecei a ter mais um lucro maior, porque eu to plantando justamente já com um pensamento de que eu tô fazendo certo, né. Com a orientação do pessoal e hoje eu tô realizado. O que eu planto hoje no meu solo, eu to cuidando dele e ta me dando retorno graças a Deus e eu tô me sentindo realizado como agricultor. [...]Eu não tive oportunidade de estudar, mas eu me sinto satisfeito. Com o desenvolvimento junto com os parceiros. Por que se não tiver, não funciona. Junto com os meus companheiros. (E2)

Dessa forma, percebe-se que a capacitação técnica promove não apenas maior eficiência na produção, como também permite uma maior realização, sofisticação e aprimoramento na execução do trabalho. De acordo, quando se refere à qualificação técnica, Kovács e Casaca (2004) dizem que o trabalho se torna mais complexo, qualificante, intensivo em conhecimento e encaminha os indivíduos para a aprendizagem ao longo da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou a presente pesquisa, constatou-se que o trabalho se justifica devido à relevância do tema e de suas implicações políticas e sociais, ao se propor identificar o que caracteriza um trabalho com sentido para o agricultor rural familiar, oferecendo uma abordagem descritiva sobre o referido segmento da sociedade, por isso a importância de estudar sobre o tema.

Para compreender o que é o trabalho para o agricultor rural familiar foram usadas definições e as 6 características do sentido do trabalho apresentadas por Morin (2001), bem como conceitos de sentido do trabalho de Sachuk e Araújo (2007) para a construção dessa análise. Já para análise da organização do trabalho, foram usadas as características do Modelo de Organização Flexível elaborado por Kovács (1993).

Este trabalho tratou-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e de natureza exploratória. A escolha dos participantes foi aleatória, não probabilística e por acessibilidade, ou seja, respondentes voluntários distantes de qualquer método ou procedimento estatístico. Deste grupo fizeram parte 6 agricultores, entre homens e mulheres, com idades que variam entre 32 e 56 anos, que moram e trabalham em terras oriundas da reforma agrária em Alagoas. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas de forma remota e observação simples.

O objetivo geral foi conhecer o sentido atribuído ao trabalho pelo agricultor rural familiar em Alagoas. Constata-se que o objetivo geral foi atingido e que o sentido do trabalho vai além de ser uma ação que busca prover recursos financeiros, mas sim uma atividade que promove satisfação pessoal, reconhecimento, como também proporciona maiores vínculos familiares e sociais. Também foi possível descobrir o que é trabalho, quais os fatores que influenciam na construção do sentido do trabalho e como se organiza o trabalho para o agricultor rural familiar alagoano.

Quanto aos objetivos específicos propostos, pode-se verificar que de acordo com os dados coletados junto aos agricultores, para um trabalho ter sentido é necessário desenvolver uma atividade que agregue valor para algo ou alguém, promova sentimentos de prazer e satisfação, que seja uma atividade moralmente aceitável, como também deve promover interações entre as pessoas.

Já os fatores que influenciam a construção do sentido do trabalho destacam-se o fato de morar e trabalhar em um mesmo espaço, as referências familiares, assim como o senso

responsabilidade social envolvido são fundamentais, sendo essas algumas das particularidades dos trabalhadores rurais familiares.

Em relação a como o trabalho é organizado, notou-se que existe uma rotina e esta é organizada em atividades que são coordenadas e estruturadas dentro de uma sequência que pode variar de acordo com fatores externos. Como exemplo, as demandas do mercado e a estação do ano, pois o trabalho e seus resultados estão diretamente ligados a esses fatores e precisam se adequar ao ambiente externo.

Apesar do objetivo geral ter sido alcançado, reconhece-se que uma das principais limitações da pesquisa deu-se em virtude das entrevistas terem sido realizadas de forma remota devido ao atual cenário da pandemia da COVID-19, com isso havendo a necessidade de manter distanciamento social e respeitando os Decretos Estaduais nº 69.529 e 69.530, ambos de 18 de março de 2020 e o Decreto Estadual Nº 69.541, de 19 de março de 2020.

A falta do contato visual ao longo de algumas das entrevistas impossibilitou ter a percepção de algumas características ou gestos ao longo das falas dos entrevistados. Uma outra limitação foi a indisponibilidade da realização de algumas entrevistas, já que a falta de acesso à internet ou até mesmo telefone ainda é uma realidade no meio rural alagoano.

Para futuras pesquisas fica como sugestão a realização de entrevistas individuais e coletivas, registros fotográficos, a ampliação do roteiro de entrevistas e a possibilidade de entrevistar trabalhadores ligados a grupos da sociedade civil organizada, como exemplo as cooperativas presentes no estado.

Apesar do sentido do trabalho já ser pesquisado, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para ampliar o olhar e ouvir a agricultora e o agricultor rural familiar alagoano, suas realizações e dores, as relações e as percepções deles acerca do trabalho.

Trata-se de um grupo de pessoas que compõem um segmento econômico que atende a diversas necessidades básicas como a geração de emprego, renda, riqueza, produção de alimentos responsáveis do ponto de vista ambiental, valorização do trabalho e do conhecimento local das pessoas que estão inseridas neste ambiente. Apesar da precarização do trabalho, falta valorização e incentivo governamental, esses indivíduos vivenciam sentimentos de satisfação, felicidade, senso de responsabilidade e coletividade.

Importante reforçar a necessidade de atuação do Estado visando o desenvolvimento da agricultura rural familiar por meio da valorização do trabalho, reforçando pesquisas para expansão da inovação em recursos, melhores práticas de trabalho, organização do trabalho, incentivo técnico, tecnológico e financeiro. E como consequência disso, proporcionando uma

melhor qualidade de trabalho e de vida para aqueles que vivem com suas famílias e querem continuar vivendo e produzindo no campo.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense. 1998.

ALYRIO, ROVIGATI DANILO. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume Único / Rovigati Danilo Alyrio - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.15.

AZEVEDO, F. F; PESSÔA, V. L. S. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil**: Uma análise sobre a situação regional e setorial dos recursos. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Título original: Qualitative Researching with Text, Image and Sound: a Practical Handbook.

BEZERRA; G. J; SCHLINDWEIN, M.M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local**: uma análise para Dourados, MS, Brasil. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2016.

BISPO, D. A.; DOURADO, D. C. P. **Possibilidade de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do mainstream**: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento hip hop. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 717-731, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000400007>. Acesso em: 11 out. 2019.

BNDES. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF. Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 25 de set 2019.

CANDIOTTO, L. Z. P. **A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo.** In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 298.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C.N. **Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater.** Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2343). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF>. Acesso em: 07 out. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações / Idalberto Chiavenato - 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 - 6 ° reimpressão.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo:** as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a05v12n2.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2019.

COSTA, S. H. B. **O sentido do trabalho.** In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho.** Curitiba: Juruá, 2013.

CUNHA, T. H. L. da. **O fordismo/taylorismo, o toyotismo e as implicações na terceirização.** *Boletim Científico ESMPU*, a. 15 – n. 47, p. 183-210. 2016. Disponível em: <<https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-47-janeiro-junho-2016/o-fordismo-taylorismo-o-toyotismo-e-as-implicacoes-na-terceirizacao>>. Acesso em 11 nov. 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo. Cortez. 1992.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

Elena Charlotte Landau [et al.].

EMBRAPA. **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar no Brasil.** Sete Lagos, Minas Gerais. Agosto, 2013.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste.** Banco do Nordeste do Brasil – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). 2000.

Disponível em:

<https://www.banconordeste.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Do_cs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Editora da UFRGS, Porto Alegre – RS, 2009. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 2002.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUARESCHI, P. A.; GRISCI, C. L. I. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

HEIDEMANN, H.D.; TOLEDO, C. A. BOECHAT, C.A. **O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica**. **Estudos avançados**. 2014.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a05.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

_____, **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KOVÁCS, I. **Sistemas Antropocêntricos de Produção**. Sociologia, Socius Working Papers. n.6/93. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa. 1993.

_____, I. **Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no Trabalho**. **Sociologia, Problemas e Práticas**. n.52. pp. 41-65. 2006.

KOVÁCS, I; CASACA, S. **Formas Flexíveis de Trabalho e Emprego no Sector das Tecnologias de Informação e Comunicação**. *V Congresso Português de Sociologia*. Minho. Portugal. 2004.

LEAL, P. O . R. **A evolução do trabalho humano e o surgimento do Direito do Trabalho**. **Revista Jus.com.br**. 2014. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/32198/a-evolucao-do-trabalho-humano-e-o-surgimento-do-direito-do-trabalho>>. Acesso em: 16 out. 2019.

LEMOS, A. H.; CAVAZOTTE, F. S. C.; SOUZA, D. O. S. **De empregado a empresário: mudanças no sentido do trabalho para empreendedores.** In: **Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho.** Salvador. [s.n], 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4417/441753779007.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

LIMA, O.C; SILVA, W.S. **Agricultura Familiar: análise a partir da fundamentação de autores a cerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. VII Gespet – Encontro De Gestão Social Do Pet.** 2013.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAIOR, J. L. S. **História do direito do trabalho no Brasil:** curso de direito do trabalho. Volume I: parte II . São Paulo : LTr, 2017.

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** . 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 27 set 2019.

_____, **Brasil apresenta programa de incentivo à bioeconomia na OCDE.** 2019.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-apresenta-programa-de-incentivo-a-bioeconomia-na-ocde>>. Acesso em: 29 jan 2020.

MAURICI, E. **Trabalho:** uma atividade em constante transformação. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 302 p.

MARTINS, S. P. **Breve histórico a respeito do trabalho. Revista da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 95, 167-176. 2000.** Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67461>>. Acesso em: 07 out. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução: Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MORIN, E. M. **Os Sentidos do Trabalho. Revista de Administração de Empresas – RAE.** v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001. Disponível em:

<<https://rae.fgv.br/rae/vol41-num3-2001/sentidos-trabalho>>. Acesso em: 07 out. 2019.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Capitalismo e seu desenvolvimento.** Disponível em:

<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/capitalismo.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

NEVES, D.R. Et al. **Sentido e significado do trabalho:** uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512018000200318&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 9 out. 2019.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/27572/os-sentidos-do-trabalho-e-suas-implicacoes-na-formacao-dos-individuos-inseridos-nas-organizacoes-contemporaneas>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SAWITZKI, R. C. et al. **Sentido, significado do trabalho e identidade nas atividades de tutoria em educação à distância.** In: **ENCONTRO DA ANPAD.** Rio de Janeiro. 2012.

Disponível em: <https://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GPR2276.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista brasileira Ciências Sociais, vol.18, n.51. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008>

Acesso em: 10 nov. 2019.

SEAGRI. **Seminário de Construção da Política Pública para Agricultura Familiar em Alagoas, pode se tornar Lei**. Disponível em:

<<http://www.agricultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2019/junho/seminario-de-construcao-da-politica-publica-para-agricultura-familiar-em-alagoas-pode-se-tornar-lei>>. Acesso em:

21 jan. 2020.

SEPLAG. Secretaria de Estado, Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo da Agricultura Rural Familiar em Alagoas**. 2016. Disponível em: <<https://www.seplag.al.gov.br/>>. Acesso em: 27 set de 2019.

SILVA, A.R. D. S; MARQUES, M.A.A. **Modelos de Organização de Trabalho nas Empresas TIC Um Estudo de Caso**. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Em Gestão Estratégica De Recursos Humanos. Portugal-Setúbal, 2013.

SILVA, P. H. T. da. **A valorização do trabalho como princípio constitucional da Ordem Econômica Brasileira: Interpretação Crítica e Possibilidades de Efetivação**/Curitiba: Jaruá, 2003. 154p.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2076)

TEIXEIRA, D.L.P; SOUZA, M.C.A.F. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. Revista de Administração de Empresas-Rae**, vol.25 n.4 São

Paulo-SP. 1985. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901985000400007>.

Acesso em: 14 out. 2019.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. **Sentidos e significados do trabalho:** explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, v.19, ed. esp.1, p. 38-46, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 out. 2019.

VERAS, Edmilson Correia. **Agricultura familiar em Alagoas:** elementos para discussão. In: VERAS, Edmilson Correia; AMARAL, Maria Virgínia Borges (Org.). *Capital x Trabalho no Campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. Maceió: EDUFAL, 2011.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WIEGERINCK, J. **O trabalho visto pelos meus óculos**. 1.ed. São Paulo: EDICON,1995.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Parte 1: Caracterização do respondente

1) Idade:

() menos de 20 (___ anos)

() 20 a 25

() 26 a 35

() 36 a 45

() 46 a 50

() mais de 50 (___ anos);

2) Gênero:

() Masculino

() Feminino

() Outro _____

3) Faixa de Renda:

() até 1 salário mínimo [R\$ 1.039]

() entre 1 e 2 salários mínimos [R\$ 2.078]

() entre 2 e 3 salários mínimos [R\$ 3.117]

() acima de 3 salários mínimos

Parte 2: Descrever o que é o trabalho para o agricultor rural familiar, sobretudo no contexto alagoano

- 1) O que é trabalho para você?
- 2) O que o trabalho representa na sua vida?
- 3) Há quanto tempo trabalha com agricultura rural familiar? E como você começou a trabalhar com agricultura?
- 4) Já exerceu ou exerce outras atividades além do trabalho rural? Caso sim, você considera essas atividades como trabalho?

- 5) Como você se sente em relação a morar e trabalhar em um mesmo local?
- 6) Você vê sentido no seu trabalho hoje?

Parte 3: Descrever como se dá a organização do trabalho

- 1) Como funciona sua rotina de trabalho?
- 2) Qual o papel da sua família (ascendentes e descendentes) no seu trabalho?
- 3) Já participou de capacitações técnicas para exercer seu trabalho? Caso sim, o que mudou na sua rotina de trabalho?
- 4) Qual a destinação do que é produzido em sua propriedade? (comercializado e não comercializado)

Parte 4: Descrever os fatores que dão sentido ao trabalho desenvolvido pelo agricultor rural familiar.

- 1) De acordo com o que você pensa, o que uma atividade precisa ter para ser considerada trabalho?
- 2) Qual a importância do trabalho na sua vida?
- 3) Caso você ganhasse um prêmio na loteria e não precisasse mais trabalhar para atender suas necessidades financeiras, você continuaria exercendo a atividade que pratica hoje?
- 4) Você considera que sua família influencia no sentido em que o trabalho tem para você? Como isso se dá?